

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CRISTINA MARIA DOS REIS MARTINS

**A PREVALÊNCIA DE CRIMES VIOLENTOS E A DESIGUALDADE SOCIAL NOS
BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2018

CRISTINA MARIA DOS REIS MARTINS

**A PREVALÊNCIA DE CRIMES VIOLENTOS E A DESIGUALDADE SOCIAL NOS
BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach

Porto Alegre

2018

CRISTINA MARIA DOS REIS MARTINS

**A PREVALÊNCIA DE CRIMES VIOLENTOS E A DESIGUALDADE SOCIAL NOS
BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Sociais pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach

Aprovada em: _____

Prof. Dra. Letícia Maria Schabbach

Prof. Dra. Marília Patta Ramos

Doutorando em Sociologia Fernando de Gonçalves

CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Cristina Maria dos Reis
A prevalência de crimes violentos e a
desigualdade social nos bairros do município de Porto
Alegre / Cristina Maria dos Reis Martins. -- 2018.
56 f.
Orientador: Leticia Maria Schabbach.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Crimes violentos. 2. Indicadores
socioeconômicos. 3. Desigualdade social. 4. Análise
microsociológica. 5. Porto Alegre. I. Schabbach,
Leticia Maria, orient. II. Título.

[...] o consumismo é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, neutros quanto ao regime, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. [...] Como insiste Mary Douglas, a menos que saibamos por que as pessoas precisam de bens de luxo [ou seja, bens que excedem as necessidades de sobrevivência] e como os utilizam, não estaremos nem perto de considerar com seriedade os problemas da desigualdade. (BAUMAN, 2008, p. 41)

Dedico este trabalho a minha mãe Eny dos Reis Martins, ao meu pai Gilberto Martins (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao seu corpo docente, em especial à minha orientadora, professora doutora Letícia Maria Schabbach.

Agradeço à Secretaria Estadual da Segurança pública do Rio Grande do Sul, em especial ao coordenador do Observatório Estadual da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Major Roberto dos Santos Donato.

Agradeço aos meus familiares, amigos e colegas.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a distribuição espacial dos crimes violentos nos bairros de Porto Alegre, identificando a existência de relação entre eles e as condições socioeconômicas dos locais onde ocorrem. A unidade de análise empregada nesse estudo foram os 94 bairros do município. Com a análise estatística descritiva, foram identificados e caracterizados os bairros que concentram os crimes violentos letais intencionais (homicídios dolosos) e não letais (roubos de veículos e roubos), para o período 2016-2017. Por meio da análise estatística inferencial foram calculadas as correlações entre os indicadores de crimes violentos e os socioeconômicos para as dimensões população, infraestrutura, renda, trabalho e educação, conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). Os bairros com maior número de casos de homicídios dolosos estavam localizados nas zonas periféricas da cidade, ao norte e ao sul; já os roubos de veículos e os roubos, além dos bairros da zona norte, também se destacaram os das zonas centrais e da zona leste. A análise estatística inferencial apontou que as dimensões socioeconômicas avaliadas têm influência sobre a ocorrência de homicídios dolosos, no entanto, para os roubos de veículos e para os roubos, verificou-se que tais dimensões foram pouco explicativas, dada a ambivalência da variável renda. Os locais com maior nível de renda tendem a ser mais atrativos para os crimes contra o patrimônio, em função do maior número de vítimas em potencial nesses locais. Contudo, a menor disparidade de renda entre os estratos da população implicaria na redução da desigualdade social e da suscetibilidade a criminalidade.

Palavras-chave: Crimes violentos. Indicadores socioeconômicos. Desigualdade social. Análise microssociológica. Porto Alegre

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the spatial distribution of violent crime in the neighborhoods of Porto Alegre, identifying the existence of a relationship between them and the socioeconomic conditions of the places where they occur. The analysis unit used in this study was the 94 districts of the municipality. With the descriptive statistical analysis, neighborhoods that concentrate intentional lethal violent crimes (intentional homicides) and non-lethal (vehicle robberies and robberies) were identified and characterized for the period 2016-2017. The correlations between violent and socioeconomic indicators for the population, infrastructure, income, labor and education, according to data from the Demographic Census (IBGE, 2010), were calculated using inferential statistical analysis. The neighborhoods with the highest number of malicious homicides were in the outskirts of the city, to the north and south; already the robberies of the vehicles and the robberies, besides the districts of the zone north, also stood out those of the central zones and the east. The inferential statistical analysis pointed out that the socioeconomic dimensions evaluated have an influence on the occurrence of intentional homicides. However, for vehicle theft and robbery, it was verified that these dimensions were not very explanatory, given the ambivalence of the income variable. Higher income earners tend to be more attractive for crimes against equity, given the greater number of potential victims at these sites. However, the lower income disparity between the population strata would mean reducing social inequality and susceptibility to crime.

Keywords: Violent crimes. Socioeconomic indicators. Social inequality. Microsociological analysis. Porto Alegre

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estimativa da população residente, nos bairros de Porto Alegre 2017	30
Figura 2 - Vítimas de homicídios dolosos, por faixa etária, em Porto Alegre 2016 - 2017	33
Figura 3 - Proporção dos homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre 2017	37
Figura 4 - Proporção dos roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre 2017	38
Figura 5 - Proporção dos roubos nos bairros de Porto Alegre 2017.....	39
Figura 6 - Proporção dos roubos de aparelhos celulares nos bairros de Porto Alegre 2017	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de bairros com ocorrências de homicídios dolosos, por faixas, em Porto Alegre 2016 - 2017	32
Gráfico 2 – Quantidade de bairros com ocorrências de roubos de veículos em Porto Alegre 2016 - 2017	34
Gráfico 3 – Quantidade de bairros com ocorrências de roubos em Porto Alegre 2016 - 2017	34
Gráfico 4 – Quantidade de bairros com ocorrências de roubos de aparelhos celulares em Porto Alegre 2016 - 2017	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores de crimes violentos contra a pessoa e o patrimônio	26
Quadro 2 – Indicadores socioeconômicos (variáveis independentes)	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área territorial, população total , densidade demográfica e frota de veículos nos 21 municípios e no Rio Grande do Sul 2017.....	16
Tabela 2 - Área territorial, população total, densidade demográfica e frota de veículos no município de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul 2017.....	29
Tabela 3 - Ocorrências consumadas e registradas de homicídios, roubos e roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017.....	31
Tabela 4 - Taxas de homicídios dolosos para cada 100.000 habitantes nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017.....	32
Tabela 5 - Vítimas de homicídios dolosos, por sexo, em Porto alegre 2016 - 2017.....	32
Tabela 6 - Vítimas de homicídios dolosos, por cor, em Porto Alegre 2016 - 2017.....	33
Tabela 7 – Proporção dos homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017.....	35
Tabela 8 - Proporção de roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017.....	37
Tabela 9 - Proporção dos roubos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017.....	39
Tabela 10 - Proporção dos roubos de aparelhos celulares nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017.....	40
Tabela 11 – Bairros com maior e menor proporção de homicídios dolosos em Porto Alegre 2016-2017.....	41
Tabela 12 - Bairros com maior e menor proporção de roubos de veículos em Porto Alegre 2016-2017.....	42
Tabela 13 - Bairros com maior e menor proporção de roubos em Porto Alegre 2016 - 2017.....	43
Tabela 14 – Modelos de associação entre a proporção de homicídios dolosos e os fatores socioeconômicos.....	44
Tabela 15 - Modelos de associação entre a proporção de roubos de veículos e roubos e os fatores socioeconômicos.....	46

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEDS-MG	Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SSP-RS	Secretaria Estadual da Segurança Pública do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E TEORIA ECONÔMICA.....	20
2.2 CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL	21
2.2.1 Criminalidade e desigualdade social.....	21
2.2.2 Criminalidade, desigualdade social e urbanização.....	23
3 METODOLOGIA.....	26
4 CRIMES VIOLENTOS E DESIGUALDADE SOCIAL NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE	29
4.1 CRIMES VIOLENTOS CONTRA A VIDA E O PATRIMÔNIO NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE	30
4.1.1 Prevalência dos crimes violentos nos bairros de Porto Alegre.....	30
4.1.2 Distribuição espacial dos crimes violentos nos bairros de Porto Alegre	35
4.1.2.1 Homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre	35
4.1.2.3 Roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre.....	37
4.1.2.2 Roubos nos bairros de Porto Alegre	38
4.2 CRIMES VIOLENTOS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE	41
4.2.1 Características socioeconômicas dos bairros com maiores e menores casos de crimes violentos.....	41
4.2.2 Relação entre os crimes violentos e as características socioeconômicas.....	43
6 CONCLUSÃO.....	48
APÊNDICE 1	53

1 INTRODUÇÃO

Embora o Brasil esteja situado entre os países com maior número absoluto de homicídios, a incidência de mortes violentas não ocorre de forma homogênea no país. Em 2014, apenas 1,45% dos 5.570 municípios brasileiros concentrava em torno de 50% do total de casos de homicídios. Em 2015, esse percentual passou para 1,96%, chegando a 2,2% em 2016, quando os homicídios estavam concentrados em apenas 123 municípios brasileiros (IPEA, 2018).

Em Minas Gerais, em 2015, em um estudo sobre a evolução da dinâmica da criminalidade, por meio da classificação dos municípios em ordem decrescente do quantitativo de crimes violentos, foram identificados 14 municípios que concentravam 72% dos crimes violentos ocorridos no estado e 35% da população estadual (SEDS, 2015).

Nesse mesmo ano, um estudo identificou que mais da metade dos homicídios no município do Rio de Janeiro, 55,2% do total, concentrava-se em 10% dos bairros do município, sendo que, a quase totalidade dos fatos, 85,2%, estava concentrada em 35% dos bairros (CERQUEIRA, 2016).

No Rio Grande do Sul, em 2016, para uma maior efetividade na redução da criminalidade, foram identificados os municípios que concentravam 85% das ocorrências de crimes violentos contra a vida e o patrimônio. Conforme o estudo, foram reconhecidos 21 municípios que abrangiam 85,98% das ocorrências de homicídios, roubos e roubos de veículos e, que somavam 47,67% da população do estado. Mais da metade dos latrocínios (61,11%) concentrava-se nesses municípios (SSP-RS, 2016).

Quanto à distribuição espacial dos 21 municípios, observou-se que eles estavam localizados nas áreas de maior concentração urbana do Rio Grande do Sul: 11 deles na Região Metropolitana de Porto Alegre (Porto Alegre, Alvorada, Canoas, Viamão, Gravataí, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Guaíba e Esteio), dois na Região Metropolitana da Serra Gaúcha (Caxias do Sul e Bento Gonçalves), dois na Aglomeração Urbana do Sul (Pelotas e Rio Grande), dois na Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Tramandaí e Capão da Canoa) e os quatro restantes (Santa Maria, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Lajeado) no interior do Estado.

Em 2017, os 21 municípios somavam 47,95% da população estadual em uma área correspondente a 4,97% do território do Estado, com uma densidade demográfica média de 406 habitantes por km². Esses municípios também concentravam 46,75% da frota estadual de veículos (Tabela 1).

Tabela 1 - Área territorial, população total, densidade demográfica e frota de veículos nos 21 municípios e no Rio Grande do Sul 2017

Indicador	21 Municípios	Rio Grande do Sul	21 municípios / RS (%)
Área territorial (km ²)	13.369,88	268.753,29	4,97
Estimativa da população total (habitantes)	5.429.244	11.322.895	47,95
Densidade demográfica (habitantes/km ²)	406	42	
Frota de veículos	3.094.798	6.620.257	46,75

Fonte: Observatório Estadual da Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN-RS).

Bartz, Quartieri e Menezes (2018) buscaram identificar os fatores determinantes da criminalidade nas regiões do Rio Grande do Sul, a partir da divisão do estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes. Esse estudo indicou a existência de uma forte relação entre o espaço geográfico e a criminalidade, no sentido de que as maiores taxas de crimes foram encontradas nas regiões com maiores taxas de urbanização e de densidade demográfica. Em contrapartida, os resultados para a relação entre a incidência de crimes e as diferenciações de renda e de educação (consideradas como fatores determinantes) foram inconclusivos. Por um lado, a incidência de crimes naquelas regiões com um maior nível de renda pode ser justificada pelo maior número de vítimas em potencial, ao mesmo tempo em que a menor disparidade de renda entre os estratos da população implicaria na redução dos crimes. Contudo, as regiões com os maiores níveis de criminalidade eram aquelas com maiores desigualdades de renda (BARTZ; QUARTIERI; MENEZES, 2018).

A análise das taxas de homicídios dos municípios brasileiros, com 100 mil habitantes ou mais, comparadas com as condições socioeconômicas retratadas em seis dimensões (referentes à educação, pobreza, habitação e vulnerabilidade), de acordo com os indicadores do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que, os municípios com maior violência letal apresentaram, na média, as menores taxas de atendimento escolar, uma maior proporção de pessoas extremamente pobres, as maiores taxas de desocupação juvenil e de precariedade habitacional e as maiores proporções de jovens grávidas e de jovens que não estudavam e não trabalhavam (IPEA, 2018).

Resende e Andrade (2011) sugerem que a desigualdade de renda contribui para o aumento da criminalidade. No entanto, revelam que para os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes a correlação mais robusta encontrada foi entre a desigualdade de renda, retratada pelo índice de Gini, e os crimes contra o patrimônio, mais especificamente, os furtos e os roubos de cargas.

Apesar do caráter universal das políticas de segurança, a concentração dos crimes aponta para a necessidade de planejamento voltado ao controle e à prevenção da criminalidade de forma focalizada territorialmente, com ênfase naqueles territórios com maior prevalência¹ do fenômeno criminal (IPEA, 2018). Algumas experiências satisfatórias de redução da criminalidade violenta demonstraram, que, além da repressão policial qualificada, o resultado foi decorrente de programas e ações preventivas no campo social, focalizadas em locais com populações socioeconomicamente mais vulneráveis e, onde havia as maiores prevalências de vitimização letal, já que a incidência dos crimes não é homogênea, mas ocorre em algumas comunidades (aglomerados subnormais) dentro dos bairros (IPEA, 2018).

Com isso, pode-se considerar que o crime resulta de um conjunto de fatores que vão além do sistema de justiça criminal e das características idiossincráticas dos indivíduos, envolvendo outras dimensões sociais. O estímulo desviante que leva os indivíduos ao cometimento de crimes² pode estar relacionado a deficiências e dificuldades de acesso ao sistema de educação, à orientação e supervisão de crianças e jovens, assim como, à falta de acesso a determinados bens econômicos e simbólicos. Nesse sentido, o problema da criminalidade está relacionado à desigualdade social, exigindo ações governamentais intersetoriais conjugadas em várias áreas: educação, saúde, habitação, cultura, esportes e mercado de trabalho, entre outras (IPEA, 2018).

A análise da relação entre os fatos violentos e as características sociais nos bairros de Porto Alegre, realizada por Schabbach (2016), apontou que a incidência de crimes violentos estava altamente correlacionada com os níveis de renda, escolaridade, condições de moradia e provimento de serviços públicos. Identificando também, que a relação entre a violência letal, a juventude, a pobreza, a densidade domiciliar e o menor provimento de serviços públicos, manteve-se no período analisado (2000 a 2013). Assim como, foi verificada uma tendência de dependência de trajetória da violência, em que os mesmos bairros registraram taxas subsequentes influenciadas pelas antecedentes (SCHABBACH, 2016).

O estudo citado também destacou que a prevalência de um ou outro fator causal varia de acordo com a escala territorial das unidades de análise, por exemplo, a influência da

¹ A prevalência mede o número de casos em uma população em um dado ponto no tempo, refletindo a proporção em relação ao total, já a incidência mede o número de novos casos, a taxa de ocorrência.

² Para Goffman (2004) a noção geral de desvios diz respeito ao comportamento considerado destoante de um membro individual que não adere ao conjunto de normas e valores partilhados pelo grupo de indivíduos. Para Durkheim (1995) o desvio decorre de uma desordem social que leva os indivíduos à anomia, a qual envolve a incapacidade de internalizar as regras sociais diante do enfraquecimento dos vínculos que ligam o indivíduo à sociedade. Já Merton (1958) considera que a anomia ocorre quando os indivíduos não conseguem atingir as metas estabelecidas pelas sociedades, que valorizam, em geral, o sucesso material, para o qual nem todos dispõem de meios para alcançá-lo (PINTO, 2017).

desigualdade pode não ser significativa em agregados mais abrangentes, como países e regiões, mas se revelar um fator importante para a compreensão da violência em micro-espços sociais. (SCHABBACH, 2016, p. 187-188)

Assim, a observação dos espaços intramunicipais permite uma maior acuracidade na análise da relação entre a incidência de crimes violentos e seus possíveis determinantes socioeconômicos.

Com isso, essa pesquisa tem como unidade de análise os 94 bairros do município de Porto Alegre, e como indicadores de crimes violentos os homicídios dolosos, os roubos e os roubos de veículos.

O estudo busca responder às seguintes questões: (A) QUAIS SÃO OS BAIRROS DE PORTO ALEGRE QUE CONCENTRAM OS MAIORES NÍVEIS DE CRIMINALIDADE VIOLENTA, CONSIDERANDO HOMICÍDIOS DOLOSOS E ROUBOS? (B) QUAIS OS FATORES SOCIOECONÔMICOS CORRELACIONADOS COM A VIOLÊNCIA NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE?

O objetivo deste trabalho é analisar a distribuição espacial dos crimes violentos nos bairros de Porto Alegre, verificando a existência de relação entre eles e as condições socioeconômicas dos locais onde ocorrem.

Os objetivos específicos compreendem:

- a) Identificar a distribuição espacial e os padrões de localização dos crimes violentos contra a vida (homicídios) e o patrimônio (roubos) nos bairros de Porto Alegre;
- b) Verificar a existência de relação entre os fatores socioeconômicos e os crimes violentos nos bairros de Porto Alegre, verificando se existem padrões distintos conforme o tipo de crime violento: homicídios dolosos *versus* roubos.

Parte-se da hipótese de que áreas com baixo desenvolvimento socioeconômico e vulnerabilidade social tendem a uma maior concentração de crimes violentos.

Essa pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre a criminalidade e a violência, com intento de produzir tanto uma reflexão teórica no campo das ciências sociais quanto trazer subsídios para políticas públicas de segurança mais efetivas.

Estas políticas, em geral, visam controlar fatores que reduzam a sensação de insegurança e de medo dos cidadãos, uma vez que os cidadãos acabam segregando-se em seus espaços privados e abandonando a convivência nos espaços públicos em função da percepção de medo. A prevalência desses crimes nos territórios, além dos prejuízos no presente, produz

sensação de insegurança e reduz a confiança da população na capacidade do Estado, potencializando a reprodução do crime no futuro (IPEA, 2018).

Algumas experiências têm demonstrado que a focalização dos esforços de segurança pública nos locais de maior incidência de crimes violentos, conjugada com outras políticas sociais, têm como resultado a redução relativamente rápida e sustentada desses crimes (CERQUEIRA, 2016).

Assim, o conhecimento sobre a distribuição da criminalidade no contexto urbano de uma metrópole, como Porto Alegre, e de seus possíveis determinantes, pode contribuir para o entendimento das causas da violência. Assim como, pode apontar um conjunto de fatores específicos a serem equacionados, como uma das formas de prover segurança e, reduzir a sensação generalizada de medo nas cidades.

Além disto, a pesquisa de âmbito microsocial e intramunicipal pode apontar outros condicionantes causais e novos entendimentos sobre o fenômeno em epígrafe, contribuindo, desta forma, com os estudos sobre criminalidade violenta no Brasil, que geralmente abrangem escalas mais amplas do que o bairro, como município, estado ou região.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre criminalidade, pobreza e desigualdade social tem sido objeto de muitos estudos, que apesar de apontarem a existência de correlação entre as variáveis, apresentaram resultados divergentes, que podem variar conforme o nível de desagregação geográfica empregado na análise e de acordo com os pressupostos teóricos (RESENDE; ANDRADE, 2011; SCHABACH, 2011). Contudo, a violência não se deve a um único elemento, mas a um conjunto de fatores observados que variam no tempo e no espaço, de acordo como os riscos são interpretados nos contextos sociais (GLASSNER, 2003).

A realização do diagnóstico sobre a prevalência dos crimes nos territórios está baseada em teóricos (THORNEBERRY, 1996; GRAHAM; BOWLING 1995; FLOOD-PAGE *et al.*, 2000; LEGGE, 2008; HUNNICUTT, 2004) que consideram a existência de relação entre a criminalidade e as circunstâncias que envolvem os locais de incidência. Essas circunstâncias vão além do sistema de justiça criminal e das características individuais das pessoas, pois agregam várias dimensões em diferentes áreas: educação, saúde, habitação, cultura, esportes, mercado de trabalho, entre outras, que podem implicar a produção de estímulos desviantes para crianças e jovens, dada a falta de oportunidades de acesso a determinados bens econômicos e/ou simbólicos.

Apesar das divergências entre os estudos empíricos que buscaram relacionar desigualdade econômica/social e a criminalidade, vários debates no campo teórico visam compreender os determinantes da criminalidade no contexto contemporâneo.

2.1 CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E TEORIA ECONÔMICA

A relação entre a desigualdade de renda e a criminalidade foi abordada nos anos 1970 por Gary Becker (1968) e Isaac Ehrlich (1973). Com base na teoria econômica da escolha racional, os autores entendem que a opção por atividades ilegais decorre de decisões individuais. Os indivíduos optam pela criminalidade, por meio de um cálculo racional, que visa à maximização da utilidade individual, em que o agente avalia os custos marginais (punições) e os benefícios marginais (renda gerada na atividade econômica), que podem decorrer da atividade criminosa. A criminalidade não seria inerente aos agentes, mas relacionada aos benefícios líquidos, dados os custos de oportunidade no mercado legal (RESENDE; ANDRADE, 2011; BARTZ; QUARTIERI; MENEZES, 2018).

Embora esse modelo considere a motivação econômica como a principal causa da criminalidade, ela não está relacionada diretamente com a existência de piores condições econômicas, uma vez que pode ser aplicada a outros crimes, como estelionato, corrupção, que visam o enriquecimento ilícito, praticados por indivíduos de diferentes estratos de renda.

Uma variante desse modelo buscou agregar a desigualdade de renda como determinante da criminalidade por meio do conceito de renda de referência, condicionada às expectativas de consumo dos indivíduos. Neste sentido, o incentivo à criminalidade ocorreria a partir da busca de renda adicional de forma ilegal, dadas as impossibilidades da obtenção da renda de referência no mercado formal. Nessa lógica há a frustração ou a privação relativa do agente, que ocorre na mesma proporção da diferença entre a renda de referência e a renda real no mercado de trabalho. Assim, quanto maior a desigualdade de rendimentos, maior a privação relativa e maiores os incentivos para a prática criminosa. Nesse modelo, em geral, a medida de desigualdade empregada é o índice de Gini (RESENDE; ANDRADE, 2011).

Porém, como crítica a esta abordagem, destaca-se que o mercado informal de trabalho estabelecido a partir da impossibilidade de acesso ao mercado formal não obrigatoriamente constituir-se-á a partir de atividades criminosas, que incluam crimes contra a vida e o patrimônio. Em outro aspecto, a simplificação do modelo implica na exclusão de variáveis não econômicas que também podem ser determinantes para a criminalidade.

2.2 CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL

2.2.1 Criminalidade e desigualdade social

Na obra clássica de Robert Merton (1938) a desigualdade de recursos socialmente prescritos faz com que apenas alguns indivíduos consigam atingir as metas culturais estabelecidas pelas sociedades. Com isso, os desvios de comportamento decorrem do desequilíbrio entre as metas culturais e os meios sociais institucionalizados que os indivíduos dispõem para atingi-las. Quando os indivíduos têm limitações ao acesso e/ou não dispõem desses meios necessários, tendem a buscar outros meios para alcançar as metas culturais ilimitadas para os quais são estimulados. Entre essas metas estão os valores de poder, prestígio, fortuna e “sucesso na vida”³. Frente à impossibilidade de satisfação das metas

³ Para Bauman, a sociedade contemporânea é a sociedade em que o consumo abundante de bens é a medida de uma vida bem-sucedida. A posse de determinados objetos, caracteriza a adoção de certos estilos de vida, que são condições necessárias para felicidade e até para a própria decência e dignidade humana. O consumismo é a força propulsora da sociedade, que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação social. No entanto,

socialmente impostas, dada a escassez dos mecanismos institucionalmente prescritos, os indivíduos tendem a se frustrar, o que os leva a dar pouca importância à licitude (ou não) dos meios utilizados para alcançar os fins desejados (PINTO, 2017).

A literatura sociológica apresenta um conceito mais abrangente do que a desigualdade de renda: a desigualdade social. Ela diz respeito à existência de distinção hierárquica entre os grupos societários, ocasionada pela distribuição diferenciada dos recursos socialmente valorados. Esses recursos vão além dos fatores econômicos, como renda e propriedade, pois incluem também outros fatores sociais – como: escolaridade, capital político, prestígio - que garantem aos estratos com mais recursos (“superiores”) vantagens em relação aqueles com menos recursos (“inferiores”). Assim, as posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade estão relacionadas aos seus atributos que decorrem de fatores econômicos e sociais (SCHABACH, 2016).

Com efeito, a desigualdade social está vinculada à inequidade na distribuição de recursos, decorrente de estruturas econômicas e sociais historicamente reprodutoras das mais diversas formas de desigualdade, elas próprias reproduzidas ao longo do tempo no continente latino-americano (SCHABACH, 2011).

O índice de Gini tem sido empregado como indicador de desigualdades sociais, dado que ele mede a concentração de determinada distribuição (renda, propriedade fundiária, etc.) , que no caso da América Latina é atribuída aos fatores estruturais e históricos decorrentes do processo de desenvolvimento dos países (CEPAL, 2001).

Para além da privação de renda, a abordagem das capacitações de Armatya Sen considera a desigualdade como decorrente da privação das capacidades vitais dos indivíduos, que envolvem desde determinantes objetivos, como saúde e integridade física, até determinantes subjetivos, como a capacidade de constituir e manter vínculos (SCHABACH, 2011).

A pobreza e a exclusão social, em geral, também são relacionadas à violência e à criminalidade. No entanto, embora os níveis de pobreza possam ser considerados como consequência de desigualdades persistentes, a pobreza diz respeito a carências de recursos e condições de vida de acordo com padrões sociais mínimos de sobrevivência, que variam no tempo e no espaço, entre países e dentro deles. Desta forma, pode haver sociedades consideradas pobres em que a diferença entre os estratos sociais não seja significativa, não havendo desigualdade entre os grupos societários. Já a exclusão social se refere à

o ciclo produtivo cria constantemente novas metas de consumo, fazendo com que os consumidores nunca atinjam a satisfação plena (BAUMAN, 2008).

impossibilidade de acesso dos indivíduos aos sistemas de integração social: democrático e jurídico, mercado de trabalho, proteção social, família e comunidade (SCHABACH, 2011).

2.2.2 Criminalidade, desigualdade social e urbanização

Os estudos que relacionam desigualdade e pobreza à violência e criminalidade têm apresentado resultados divergentes conforme o nível de agregação empregado. A prevalência de homicídios nas áreas mais pobres, marcadas pela urbanização precária e, sem provimento de serviços públicos, pode ser atribuída, por exemplo, à existência de um maior risco de vitimização, dada a falta de acesso aos equipamentos e aos serviços de segurança, e não pela propensão individual ao cometimento de crimes e ingresso na criminalidade.

Cano e Santos (2001), ao examinarem as convergências e as divergências dos resultados de estudos sobre a relação entre pobreza e crime, concluíram que não havia comprovação suficiente da relação entre a desigualdade social e os homicídios, mas que, a violência letal estaria relacionada, em certa medida, às taxas de urbanização, já que, as municipalidades urbanas registravam taxas de homicídios mais elevadas, que as rurais. No entanto, os autores demonstraram que nas áreas metropolitanas os residentes de baixa e média renda corriam mais riscos de morte intencional comparativamente à população de renda mais elevada, na medida em que os homicídios eram mais frequentes em bairros pobres do que em bairros de classe média e/ou alta.

O estudo da relação entre crimes e variáveis socioeconômicas realizado por Beato (1998) concluiu que correlação estabelecida era com a riqueza e não com a pobreza. As cidades com melhores indicadores socioeconômicos, maior densidade populacional e estabelecimentos, comércio varejista e empresas, registravam maior número de crimes violentos contra a propriedade, já que a ação criminosa era estimulada pela prosperidade e alvos viáveis, em oposição à dificuldade dos mecanismos tradicionais de controle social e vigilância.

Entretanto, a concentração espacial da população nos grandes centros urbanos, decorrente do fenômeno da metropolização⁴, repercutiu em condições de vida precárias, em

⁴ A metropolização pode ser entendida como um processo de concentração populacional e de atividades econômicas em determinada região, que extrapola os limites das jurisdições municipais que constituem este espaço. A denominada região metropolitana também se caracteriza pela presença de um município central, com alta densidade populacional e econômica, que, na relação com os demais municípios e com outros espaços urbanos, no país e fora dele, apresenta funções “complexas e diversificadas”. Desta forma, a metrópole se caracteriza e se distingue por esta capacidade de interconexão e complexidade nas funções, e não somente pela

que se inclui o avanço da criminalidade, que apresenta forte correlação com outras características sociais e econômicas dos territórios. Com isso, algumas teorias com fundamentação sociocultural, tendo como base a idéia de frustração quanto à privação do sucesso econômico, que levaria ao uso pelos indivíduos de meios ilícitos, buscam explicar a dinâmica espacial do crime, considerando os aspectos do desenvolvimento socioeconômico dos territórios.

A metropolização e seus efeitos foram abordados pela Escola de Chicago, que considerou que o crescimento acelerado das cidades gerou transformações econômicas, demográficas, assim como mudanças nas interações entre os habitantes. Como consequência dessas mudanças, houve uma tendência de desorganização social, dada a perda de influência dos controles sociais tradicionais sobre os indivíduos, com aumento dos problemas relacionados a doenças e crimes, entre outros. Uma vez que o crescimento econômico dessas áreas não foi acompanhado por investimentos em infraestrutura adequada, surgiram áreas segregadas, marcadas pela precariedade de condições de moradia e serviços, vulneráveis à criminalidade, entre outros aspectos (SCHABACH, 2011; CUNHA, 2017).

Em regiões delimitadas por classes de renda, a existência de áreas de baixa renda tende a ser naturalizada, em que a frustração quanto à aquisição econômica é limitada por valores locais de parentesco e lealdade. Sendo que a incidência criminal nessas áreas está relacionada a forças externas à comunidade, que ensejam comportamentos de bravura e honra, prevalecendo nelas os crimes contra a pessoa, dentro de um controle social informal (FELIX, 2002). Assim, os homicídios tendem a se distribuir entre cidades de todos os tamanhos, uma vez que se relacionam, em grande parte, com a mediação violenta de conflitos entre os membros de um mesmo grupo, baseada em valores tradicionais de honra (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011). Este pode ser o caso, por exemplo, dos coletivos vinculados ao tráfico de drogas.

Já os grandes centros urbanos, com maior desenvolvimento econômico, atraem migrantes, dissociados do controle social informal das suas comunidades de origem, que buscam emprego e melhores condições de vida. O adensamento de pessoas possibilita uma maior difusão de informações e conscientização sobre a desigualdade social e quanto à existência de meios legítimos e ilegítimos de sucesso econômico, o que facilita o acesso à prática criminal, sobretudo de crimes contra o patrimônio. A vulnerabilidade ambiental decorrente da deterioração e atomização das estruturas físicas dos centros urbanos intensifica

concentração das atividades, que também é uma das características de outros tipos de aglomerados urbanos (GARSON; QUEIROZ RIBEIRO; RIBEIRO, 2010).

a mobilidade espacial da população, enfraquecendo a coesão social, dado o confronto entre diferentes valores culturais, o que também pode contribuir com o aumento da criminalidade (FELIX, 2002).

3 METODOLOGIA

A unidade de análise empregada nesse estudo foram os 94 bairros do município de Porto Alegre, delimitados em 2016, conforme lei municipal (PORTO ALEGRE, 2016).

A criminalidade violenta analisada no estudo foi definida a partir dos indicadores de crimes violentos letais intencionais contra a pessoa — homicídios dolosos; e crimes violentos não letais contra o patrimônio — roubos de veículos e roubos (Quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores de crimes violentos contra a pessoa e o patrimônio

INDICADOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE
Homicídios	Homicídios dolosos	Quantidade de ocorrências com fato consumado e registrado
Roubos	Roubos a bares e restaurantes; a casa lotérica; a estabelecimento comercial; comercial com estupro; comercial com lesões; a mini mercado e armazéns; a farmácias e clínicas; a hotéis e similares; a joalherias e óticas; a estabelecimento de ensino; bancário; bancário com lesões; a malote; a motorista com estupro; a motorista com lesões; a motorista de carga de caminhão; a motorista de carro entregas; a motorista de carro forte; a motorista de lotação; a motorista de taxi; a motorista particular; a outros estabelecimentos; a outros estabelecimentos com estupro; a outros estabelecimentos com lesões; a passageiro de transporte coletivo e lotação; a pedestre; a pedestre com estupro; a pedestre com lesões; a pedestre escolar; a posto bancário; a posto de gasolina; a praça de pedágio; a residência; a residência com estupro; a residência com lesões; a transporte coletivo; roubos com estupro; roubos com lesões; roubos de arma; roubos de arma com estupro; roubos de arma com lesões; de documento; de telefone celular; de vale transporte; e sequestro relâmpago.	Quantidade de ocorrências com fato consumado e registrado
Roubo de Veículos	Roubos de veículos; roubos de veículos com estupro; roubos de veículos com lesões.	Quantidade de ocorrências com fato consumado e registrado

Fonte: Elaboração da autora.

Embora os homicídios reflitam um maior grau de violência, os crimes violentos contra o patrimônio (roubos) também têm alta importância na sensação de insegurança para a sociedade, assim como perfazem um número de casos em torno de 30 vezes maior que os primeiros. Assim, a hierarquização da violência nos locais somente considerando os crimes contra vida ou os crimes contra o patrimônio não é capaz de revelar um nível de criminalidade geral, que considere ambos os tipos de fatos.

Para caracterizar as condições socioeconômicas dos bairros foram selecionados os indicadores oferecidos pelo Censo Demográfico do IBGE de 2010, selecionados em quatro dimensões: demografia, infraestrutura, educação e renda e trabalho (Anexo 1).

Por meio da análise estatística descritiva foram identificados e caracterizados (em tabelas e mapas) os bairros que concentram os crimes violentos e, por meio da análise estatística inferencial foram calculadas as correlações entre os indicadores de crimes violentos e os socioeconômicos.

Também foi utilizada análise de regressão⁵, que visa quantificar a relação entre uma variável resposta (dependente) e um conjunto de variáveis explicativas (independentes), com objetivo de: (a) verificar se existe uma associação entre as variáveis, testando a hipótese de independência estatística; (b) a força da associação usando a medida de correlação da associação e; (c) a estimação da equação de regressão, que possibilita prever o valor da variável resposta a partir do valor da variável explicativa (AGRESTI; FINLAY, 2012; RAMOS, 2014).

A partir das variáveis selecionadas foram calculados sete modelos de análise da associação entre os crimes violentos e as dimensões socioeconômicas.

Para a relação entre os homicídios dolosos e as quatro dimensões foram calculados cinco modelos com cruzamentos de diferentes variáveis. Para essa modelagem, com base em Schabach (2011), partiu-se do pressuposto da existência de correlação entre a incidência de homicídios com os níveis de renda, escolaridade, condições de moradia e provimento de serviços públicos, em que, os homicídios tendem a se concentrar nos bairros com população jovem, menores níveis de renda e escolaridade e condições precárias de moradia.

Para os roubos de veículos e para os roubos foram calculados dois modelos, que analisaram a associação entre os indicadores desses crimes e as dimensões socioeconômicas.

Para essa modelagem, a seleção das variáveis explicativas, partiu-se da hipótese que, no caso dos roubos, a ação criminosa pode ser estimulada pela prosperidade e pela existência de vítimas em potencial, dada a falta de mecanismos de vigilância. Assim, os roubos de veículos podem ser relacionados aos locais com maior circulação de pessoas e com menos mecanismos de segurança, como nos bairros em que há muitos domicílios desocupados. Para roubos, partiu-se da hipótese da influência da variação da renda para ocorrência desses crimes.

Em função do grande número de variáveis explicativas, para modelagem foi aplicada a análise fatorial, com método de regressão, por meio do qual são estimados coeficientes de pontuação de fatores, em que os escores produzidos têm uma média de zero e uma variância

⁵ A correlação mede o grau de associação entre duas variáveis, que variam concomitantemente. A análise de regressão, por meio do cálculo das correlações, identifica a existência de uma relação funcional entre uma variável dependente e variáveis explicativas, independentes (AGRESTI; FINLAY, 2012).

igual à correlação múltipla ao quadrado entre os escores dos fatores estimados e os valores reais do fator, podendo ser correlacionados. Os modelos construídos com base nos escores fatoriais, seguindo o método da análise dos componentes principais, permitem resolver problemas de multicolinearidade no uso de múltiplas variáveis (MILOCA; CONEJO, 2009).

Para a população foi obtido um fator que comutou as diferentes faixas etárias divididas em crianças, adolescentes, adultos e idosos. A infraestrutura resultou em dois fatores que comutaram a presença e ausência de infraestrutura básica, sendo: serviços de luz elétrica, coleta de lixo, água e esgoto, qualidade das moradias e a densidade de pessoas por domicílio. Foi também usado o indicador domicílios vagos, que não foi fatorado.

Para dimensão educação foi obtido um conjunto de fatores relacionados à expectativa de anos de estudo, atendimento e frequência escolar, crianças fora da escola e analfabetismo. Para renda e trabalho o conjunto de fatores foi definido a partir de indicadores sobre a distribuição de renda da população, renda média, per capita, razão ricos/pobres, percentual de pobres e extremamente pobres e as taxas de desocupação e atividade da população.

Os cálculos foram realizados com o uso do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

4 CRIMES VIOLENTOS E DESIGUALDADE SOCIAL NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul, é formada por 94 bairros⁶ em uma área territorial de 471,85 km², que corresponde a menos de 1% da área total do estado. Conforme o censo do IBGE, em 2010 a população do município era de 1.409.351 habitantes, 13,2% da população do estado, com uma densidade populacional igual a 2.837,53 hab./km². Em 2017, conforme as estimativas populacionais, o município alcançou 1.484.941 habitantes (Tabela 2).

Tabela 2 - Área territorial, população total, densidade demográfica e frota de veículos no município de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul 2017

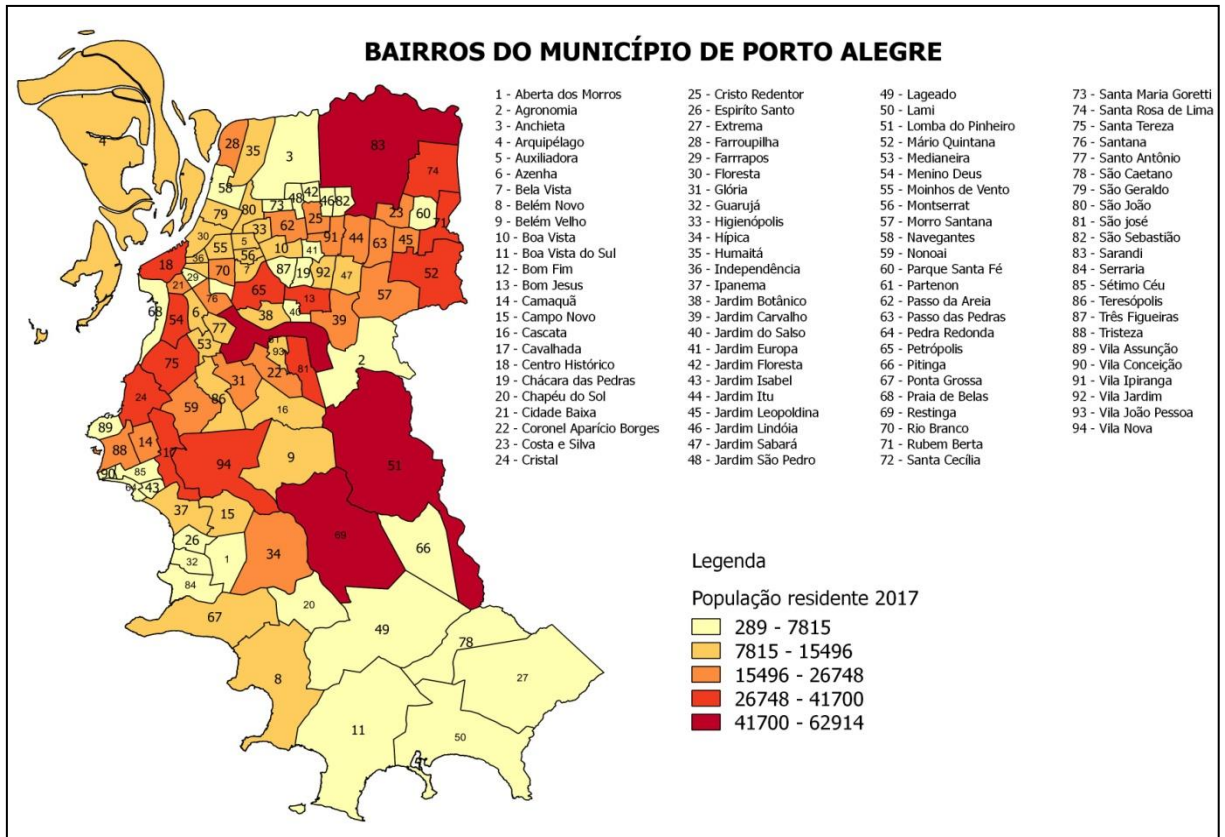
Indicador	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Porto Alegre / RS (%)
Área territorial (km ²)	496,68	268.753,29	0,18
Estimativa da população total (habitantes)	1.484.941	11.322.895	13,11
Densidade demográfica (habitantes/km ²)	2.990	42	
Frota de veículos	834.334	6.620.257	12,60

Fonte: Observatório Estadual da Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN-RS).

Conforme a estimativa populacional para 2017, quatro bairros concentravam 15,6% da população: Sarandi, Lomba do Pinheiro, Restinga e Partenon. Os bairros menos populosos se localizam no extremo sul do município, dois deles com menos de 1.000 habitantes: Pedra Redonda e São Caetano (Figura 1).

⁶ Lei municipal no. 12.112 de 22 de agosto de 2016. (PORTO ALEGRE, 2016).

Figura 1 – Estimativa da população residente, nos bairros de Porto Alegre 2017



Fonte: Elaboração da autora.

4.1 CRIMES VIOLENTOS CONTRA A VIDA E O PATRIMÔNIO NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE

4.1.1 Prevalência dos crimes violentos nos bairros de Porto Alegre

No período 2016-2017, Porto Alegre apresentou um total de 240.695 ocorrências policiais registradas⁷, 32,3% desse total eram crimes violentos contra a vida e o patrimônio: homicídios dolosos, roubos de veículos e roubos.

⁷ Foram desconsiderados os fatos com bairros não identificados, que somaram em torno de 12,6% das ocorrências. O total de ocorrências se refere aos delitos: homicídio doloso, homicídio culposo, homicídio doloso de trânsito, furtos, furto de veículo, roubos, latrocínio, roubo de veículo, extorsão, extorsão mediante sequestro, estelionato, delitos relacionados à corrupção, delitos relacionados à armas e munições, entorpecentes – posse, entorpecentes – tráfico, contra a pessoa, contra a criança e o adolescente, contra a dignidade sexual, contra a família, delitos de trânsito, outros fatos, ameaça, lesão corporal, lesão corporal seguida de morte, sequestro e cárcere privado e contravenções. Dados brutos fornecidos pela SSP-RS, com extração em: 15/04/2018. Os dados representam um recorte temporal que retrata os fatos registrados na data da atualização da base de dados, sujeito ainda a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias, correção do fato no final da investigação policial, entre outros (SSP-RS).

No entanto, esses crimes não ocorreram de forma homogênea no território municipal, prevalecendo em alguns locais em detrimento de outros. A existência da concentração de crimes violentos em determinados bairros pode ser observada na análise descritiva das ocorrências registradas para os três indicadores de crimes violentos. Apesar de a média do município ter sido de seis ocorrências de homicídios dolosos e de 80 roubos de veículos em 2017, observa-se que, entre 2016 e 2017, a metade dos 94 bairros registrou até três homicídios e até 49 roubos de veículos. Nesse mesmo período, 50% dos bairros registraram até 189 ocorrências de roubos em 2017, enquanto a média do município foi de 328 roubos (Tabela 3).

Na soma das ocorrências para os três indicadores, observa-se que, em 2017, 50% dos bairros registraram até 257 delas, abaixo da média do município, 414 ocorrências. Destaca-se que o município de Porto Alegre concentrava em torno de 40% do total dos crimes do estado no período analisado.

Tabela 3 - Ocorrências consumadas e registradas de homicídios, roubos e roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017

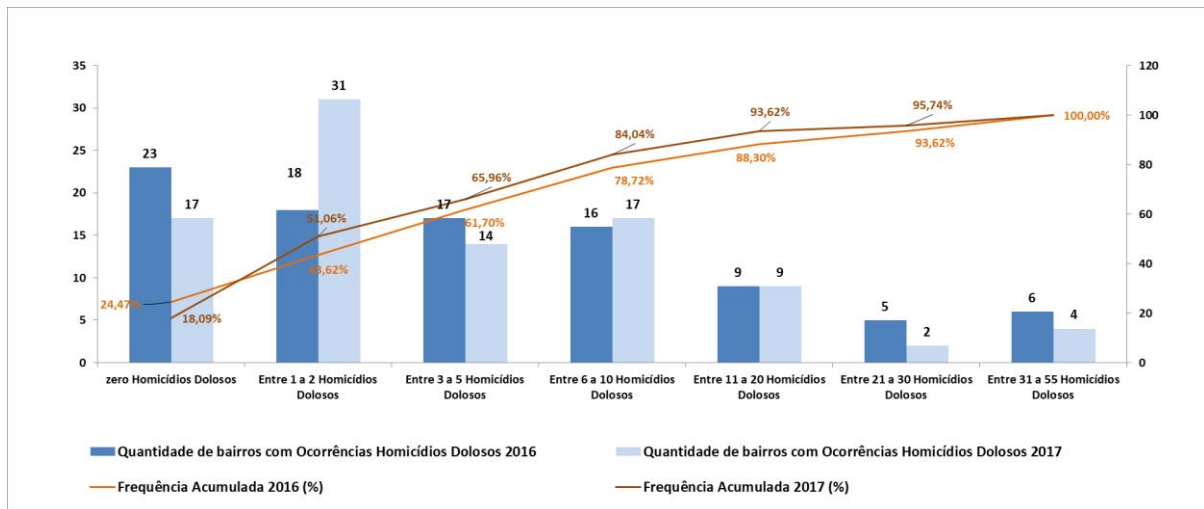
Indicador	Homicídios (A)		Roubos de Veículos (B)		Roubos (C)		(A) + (B) + (C)		Total de ocorrências	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Nº de ocorrências	750	590	7.341	7.486	30.788	30.822	38.879	38.898	122.613	118.082
Registro mínimo	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Registro máximo	55	53	712	763	4.726	4.553	4.800	4.654	13.513	13.500
Média do município	8	6	78	80	328	328	414	414	1.304	1.256
Mediana	4	3	57	49	145	189	223	257	654	661
Desvio padrão	11	9	103	106	567	547	621	610	1.833	1.803
25% bairros (1º. quartil)	1	1	13	17	51	60	76	89	277	276
50% bairros (2º. quartil)	4	3	57	49	145	189	223	257	654	661
75% bairros (3º. quartil)	10	9	98	102	393	375	529	518	1.545	1.450
100% bairros (4º. quartil)	55	53	712	763	4.726	4.553	4.800	4.654	13.513	13.500
Quantidade de bairros	94	94	94	94	94	94	94	94	94	94
População (1.000 hab.)	1.481	1.485								
Taxa / 100.000 habitantes	50,6	39,7								

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: Como não há a estimativa da frota de veículos por bairros e os roubos incluem os estabelecimentos, as cargas, malotes, residências, que afetam vários indivíduos concomitantemente, as taxas foram calculadas somente para homicídios.

Considerados os homicídios dolosos, tem-se que apesar da incidência desses crimes na quase totalidade dos bairros, alguns deles concentram um maior número de casos. Em 2017, enquanto em torno de 50% dos bairros registraram até dois homicídios, apenas quatro bairros registram entre 31 a 55 casos (Gráfico 1)

Gráfico 1 - Quantidade de bairros com ocorrências de homicídios dolosos, por faixas, em Porto Alegre 2016 - 2017



Fonte: Elaboração da autora.

Quanto aos homicídios, 25% dos municípios registraram taxas abaixo de 10 mortes para cada 100 mil habitantes, porém, a metade deles registrou taxas acima de 30 mortes para cada 100 mil habitantes, no período analisado (Tabela 4).

Tabela 4 - Taxas de homicídios dolosos para cada 100.000 habitantes nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017

Indicador	Taxa de homicídios dolosos / 100.000 habitantes		Taxa de vítimas de homicídios dolosos / 100.000 habitantes	
	2016	2017	2016	2017
Taxa mínima	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa máxima	495,1	249,7	396,1	291,3
Média do município	50,6	39,7	52,1	43,6
Taxa Mediana	38,4	32,1	35,9	34,3
Desvio padrão	68,8	44,2	63,6	49,8
25% bairros (1º. quartil)	7,9	9,2	4,5	8,8
50% bairros (2º. quartil)	38,4	32,1	35,9	34,3
75% bairros (3º. quartil)	69,7	57,1	73,8	64,4
100% bairros (4º. quartil)	495,1	249,7	396,1	291,3

Fonte: Elaboração da autora.

No período analisado, a maior parte das vítimas era do sexo masculino (90,9%), destacando-se um aumento de 4,8% das vítimas mulheres entre 2016-17 (Tabela 5).

Tabela 5 - Vítimas de homicídios dolosos, por sexo, em Porto Alegre 2016 - 2017

Sexo	2016	Total vítimas		Δ % (2017/2016)	Acumulado (2016-2017)	Total vítimas	
		2016 (%)	2017			2017 (%)	(2016-2017)
Total Homens	709	91,8	582	-17,9	1.291	90,9	
Total Mulheres	62	8,0	65	4,8	127	8,9	
Total Sexo Não Informado	1	0,1	1	0,0	2	0,1	
Total Município	772	100	648	-16,1	1.420	100,0	

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação à cor/raça, 50,7% das vítimas eram brancos, 28,9% pretos e 5,8% pardos. Considerando que, conforme o Censo IBGE 2010, em torno de 80% da população da cidade se auto declarou branca, constata-se, no período 2016-17, uma tendência de sobre vitimização de não-brancos. Destaca-se, ainda, que entre 2016-17 a redução das vítimas de cor branca foi mais que o dobro (14,4%) do que a das vítimas de cor preta (Tabela 6).

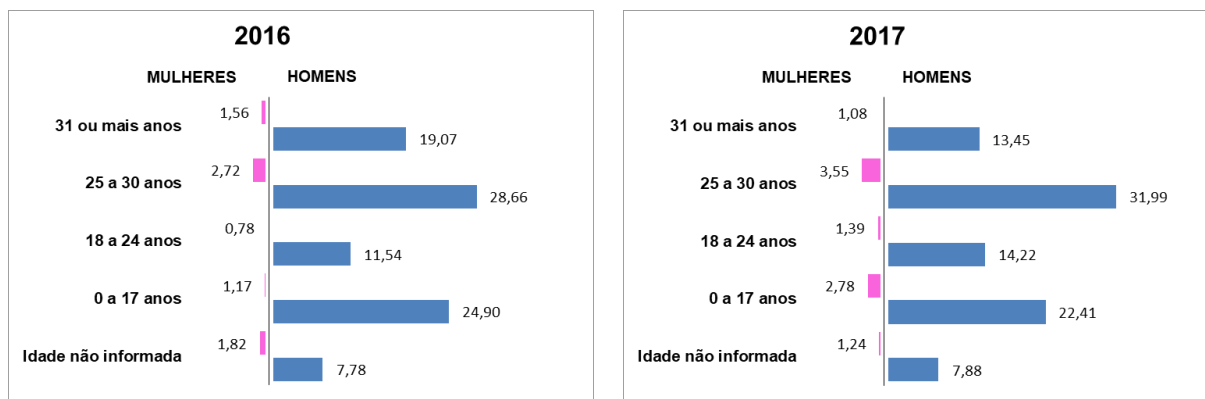
Tabela 6 - Vítimas de homicídios dolosos, por cor, em Porto Alegre 2016 - 2017

Cor	2016	(%) Total vítimas 2016	2017	(%) Total vítimas 2017	Δ % (2017/2016)	Acumulado (2016-2017)	(%) Total vítimas (2016-2017)
Total Branca	388	50,3	332	51,2	-14,4	720	50,7
Total Preta	212	27,5	199	30,7	-6,1	411	28,9
Total Parda	43	5,6	39	6,0	-9,3	82	5,8
Total Cor Não Informada	129	16,7	78	12,0	-39,5	207	14,6
Total Município	772	100	648	100,0	-16,1	1420	100,0

Fonte: Elaboração da autora.

Quanto à faixa etária das vítimas, mais de 70% delas tinham até 30 anos de idade, os mais jovens, entre 0 a 17 anos, somavam em torno de 25% do total de mortes (Figura 1).

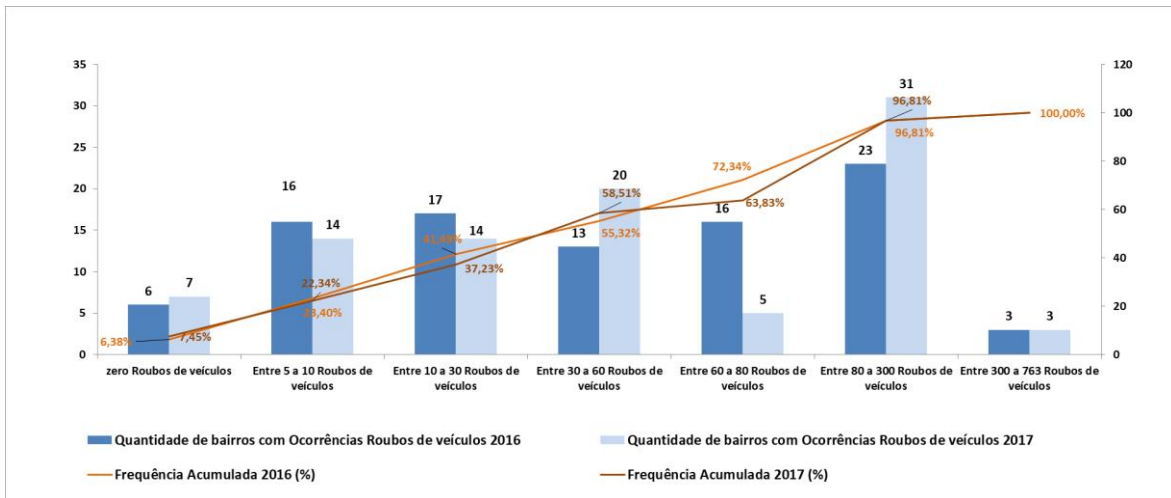
Figura 2 - Vítimas de homicídios dolosos, por faixa etária, em Porto Alegre 2016 - 2017



Fonte: Elaboração da autora.

Considerando os roubos de veículos, em torno de 60% dos bairros tiveram até 60 casos no período analisado, e apenas três deles registraram maior número anual de casos, entre 300 a 763 (Gráfico 2).

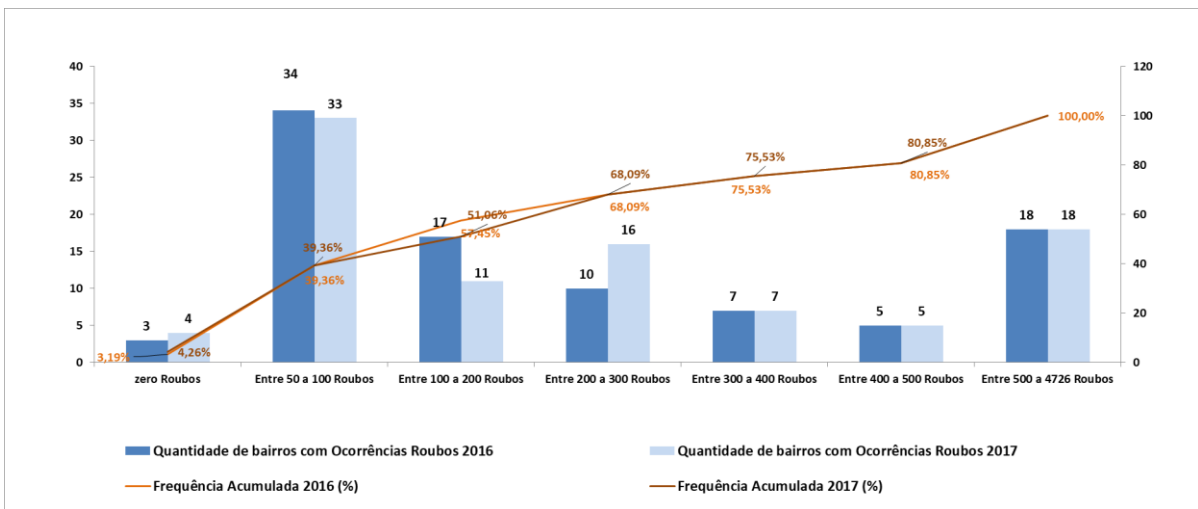
Gráfico 2 – Quantidade de bairros com ocorrências de roubos de veículos em Porto Alegre 2016 - 2017



Fonte: Elaboração da autora.

Considerando os roubos (exceto roubos de veículos), em torno de 50% dos bairros tiveram até 200 casos no período analisado, já 18 bairros registraram entre 500 a 4.726 ocorrências de roubos, entre 2016-17 (Gráfico 3).

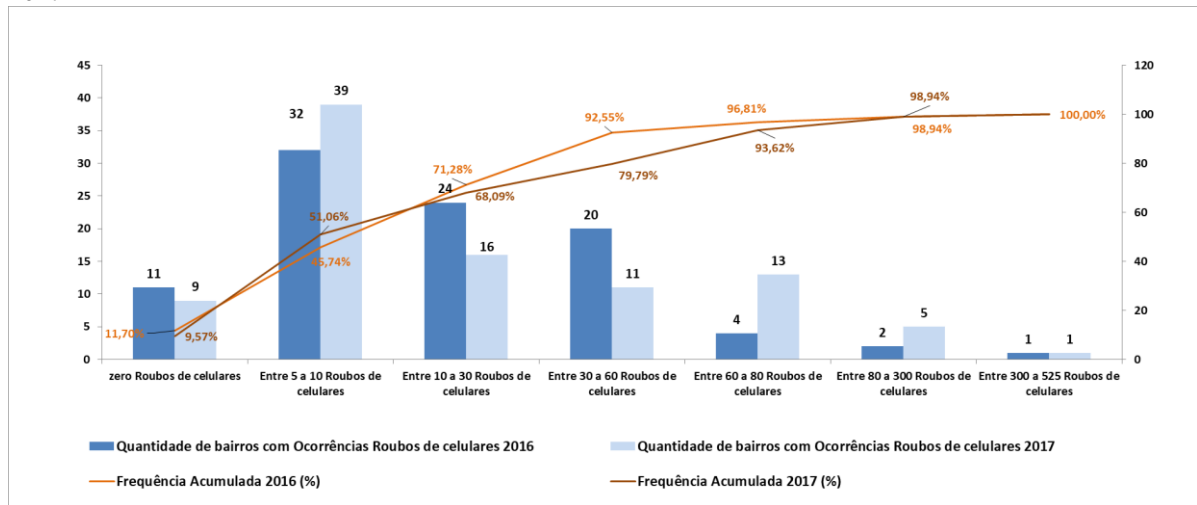
Gráfico 3 – Quantidade de bairros com ocorrências de roubos em Porto Alegre 2016 - 2017



Fonte: Elaboração da autora.

Os roubos de aparelhos celulares representaram em torno de 7% do total de roubos, entre 2016-17, e foram introduzidos na análise por representarem, hipoteticamente, um tipo de roubos mais difuso. Metade dos bairros de Porto Alegre registrou até 10 roubos de celulares por ano, e apenas um bairro (Centro Histórico) concentrou o maior número de ocorrências no período, entre 300 a 525 casos (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Quantidade de bairros com ocorrências de roubos de aparelhos celulares em Porto Alegre 2016 - 2017



Fonte: Elaboração da autora.

A análise descritiva dos dados demonstrou que os crimes violentos incidem na quase totalidade dos bairros de Porto Alegre, porém, eles tendem a se concentrar em alguns locais, que somam o maior número de casos.

4.1.2 Distribuição espacial dos crimes violentos nos bairros de Porto Alegre

4.1.2.1 Homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre

No período acumulado 2016-17, em torno da metade dos homicídios dolosos, ocorreram em apenas 12 bairros dos 94 bairros do município, sendo que, 25,04% se referiam a somente quatro (4,25% do total de bairros) deles: Restinga, Santa Tereza, Lomba do Pinheiro e Mario Quintana (Tabela 7).

Tabela 7 – Proporção dos homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017

Bairro	Bairro / POA (%) 2016	Bairro / POA (%) 2017	Bairro / POA (%) 2016-2017	Bairro / POA Acumulado (%) 2016-2017	Taxas de ocorrências de homicídios / 100 mil habitantes 2016	Taxas de ocorrências de homicídios / 100 mil habitantes 2017
Restinga	5,92	9,08	7,33	7,33	74,7	92,2
Santa Tereza	7,76	4,36	6,24	13,57	132,2	60,0
Lomba do Pinheiro	6,21	5,58	5,93	19,50	72,1	52,3
Mário Quintana	5,50	5,58	5,54	25,04	97,4	79,7
Rubem Berta	5,08	5,41	5,23	30,27	103,3	88,7
Sarandi	4,37	4,71	4,52	34,79	49,4	42,9
Cristal	3,53	2,79	3,20	37,99	74,5	47,5
Santa Rosa de Lima	3,24	2,97	3,12	41,11	61,9	45,7
Passo das Pedras	2,68	3,14	2,89	43,99	113,7	107,4
Vila Jardim	3,81	1,40	2,73	46,72	194,8	57,6
Partenon	2,96	2,27	2,65	49,38	41,5	25,6
Jardim Carvalho	3,24	1,75	2,57	51,95	86,2	37,4

Fonte: Elaboração da autora.

Em 2017, na comparação entre as taxas de ocorrências e vítimas destaca-se a incidência de chacinas e/ou duplo homicídios nos bairros que tiveram maior número de casos, exceto no bairro Farrapos, onde não ocorreram esses episódios no período analisado. O bairro Sarandi somou 4,71% das ocorrências e um ponto percentual a mais para o número de vítimas (5,71%), o que demonstra que ocorreu esse tipo de incidência no local (Tabela 8).

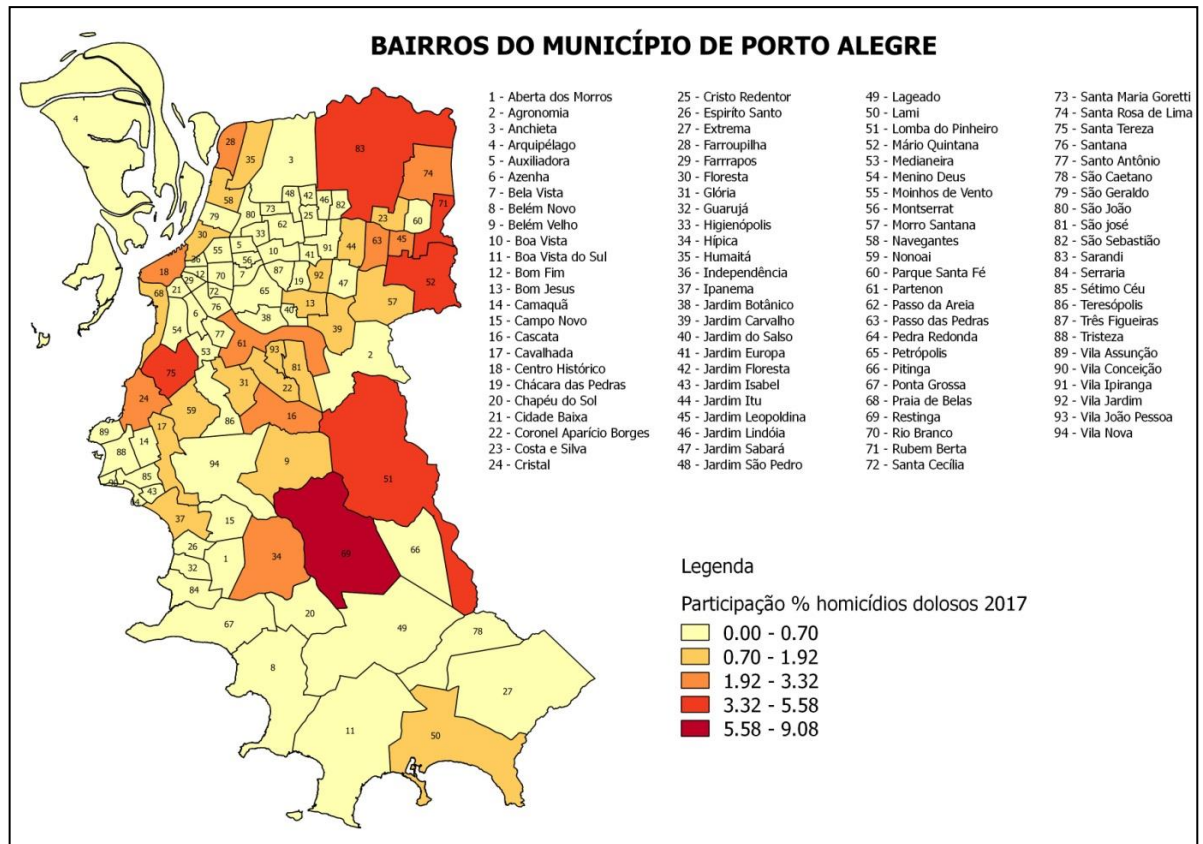
Tabela 8 – Proporção dos homicídios e vítimas de dolosos, taxas de ocorrências e de vítimas de homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre 2017

Bairro	Ocorrências de homicídios 2017			Vítimas de homicídios 2017			População dos bairros / população Porto Alegre 2017	
	Bairro / POA (%)	Bairro / POA acumulado (%)	Taxas de ocorrências de homicídios / 100 mil habitantes	Bairro / POA (%)	Bairro / POA acumulado (%)	Taxas de vítimas homicídios / 100 mil habitantes	Habitantes (%)	Habitantes acumulado (%)
Restinga	9,08	9,08	92,2	8,49	8,49	97,6	3,80	3,80
Mário Quintana	5,58	14,66	79,7	6,48	14,97	104,6	2,70	6,50
Lomba do Pinheiro	5,58	20,24	52,3	5,86	20,83	62,1	4,12	10,62
Rubem Berta	5,41	25,65	88,7	5,56	26,39	103,0	2,35	12,98
Sarandi	4,71	30,37	42,9	5,71	32,10	58,8	4,24	17,21
Santa Tereza	4,36	34,73	60,0	4,32	36,42	67,1	2,81	20,02
Centro Histórico	3,32	38,05	46,0	3,09	39,51	48,5	2,78	22,80
Passo das Pedras	3,14	41,19	107,4	3,40	42,90	131,3	1,13	23,93
Farrapos	2,97	44,15	85,0	2,62	45,52	85,0	1,35	25,28
Santa Rosa de Lima	2,97	47,12	45,7	2,78	48,30	48,4	2,51	27,78
Cristal	2,79	49,91	47,5	2,78	51,08	53,5	2,27	30,05
Hípica	2,27	52,18	66,2	2,16	53,24	71,3	1,32	31,37

Fonte: Elaboração da autora.

Os bairros onde prevaleceram à maior proporção de homicídios dolosos, em 2017, situam-se nas zonas periféricas ao norte e ao sul da cidade. Já a menor proporção de casos foi observada na região central e no extremo sul da cidade (Figura 3).

Figura 3 - Proporção dos homicídios dolosos nos bairros de Porto Alegre 2017



Fonte: Elaboração da autora.

4.1.2.3 Roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre

No período entre 2016-2017, 51,2% dos roubos de veículos ocorreram em 19% dos bairros de Porto Alegre (18 deles), 24,56% foram registrados em apenas cinco entre os 94 bairros da cidade: Rubem Berta, Sarandi, Petrópolis, Floresta e Partenon (Tabela 8).

Tabela 8 - Proporção de roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017

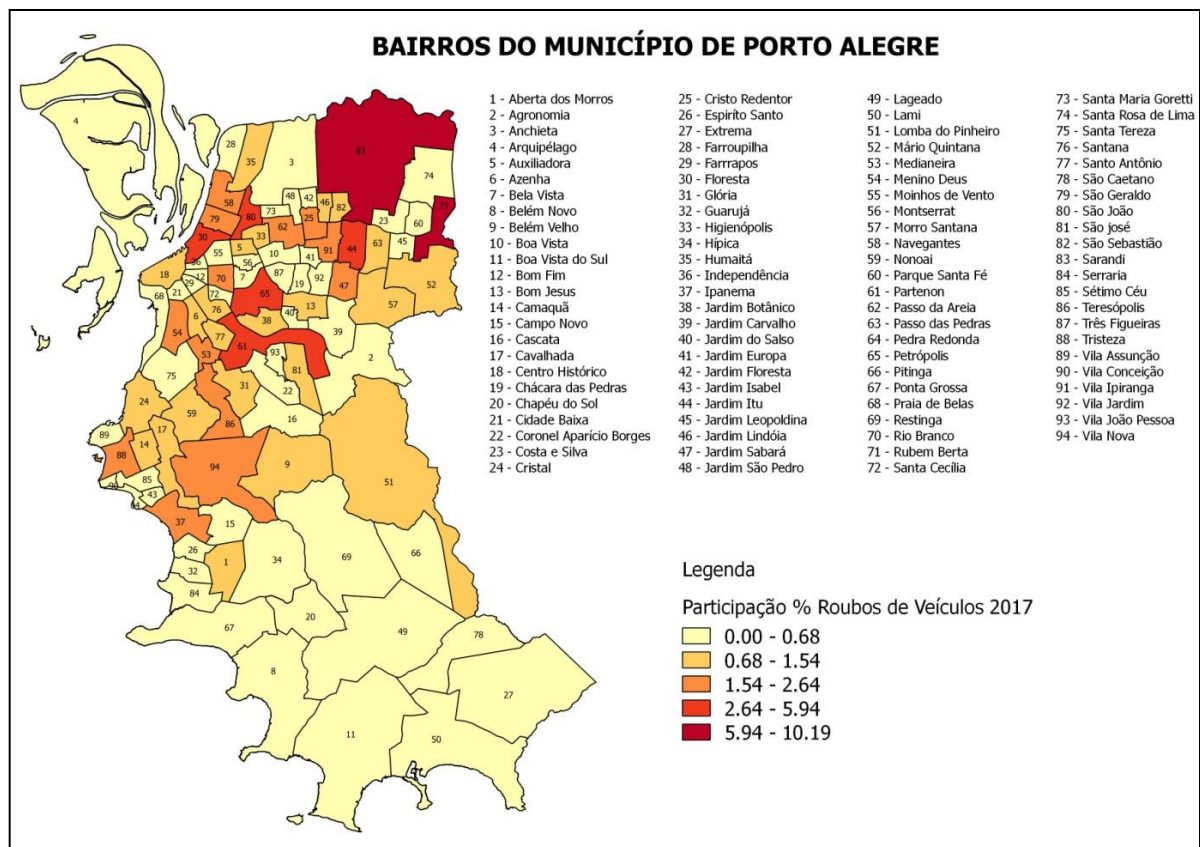
Bairro	Bairro / POA (%) 2016	Bairro / POA (%) 2017	Bairro / POA (%) 2016-2017	Bairro / POA Acumulado (%) 2016-2017
Rubem Berta	8,76	9,05	8,91	8,91
Sarandi	5,20	5,28	5,24	14,15
Petrópolis	4,45	4,26	4,35	18,51
Floresta	2,99	3,13	3,06	21,57
Partenon	3,26	2,73	2,99	24,56
São João	2,84	2,81	2,83	27,38
Jardim Itu	2,55	2,72	2,63	30,02
Navegantes	2,60	2,35	2,47	32,49
Passo da Areia	2,69	2,22	2,45	34,94
Vila Ipiranga	2,93	1,99	2,45	37,39
Rio Branco	2,30	2,06	2,18	39,57
Menino Deus	1,94	1,93	1,94	41,51

Bairro	Bairro / POA (%) 2016	Bairro / POA (%) 2017	Bairro / POA (%) 2016-2017	Bairro / POA Acumulado (%) 2016-2017
Ipanema	1,70	1,76	1,73	43,24
São Geraldo	1,33	1,97	1,65	44,89
Jardim Sabará	1,65	1,59	1,62	46,51
Tristeza	1,67	1,52	1,59	48,11
Cristo Redentor	1,64	1,48	1,56	49,66
Teresópolis	1,48	1,58	1,53	51,19

Fonte: Elaboração da autora.

Os bairros com a maior proporção de roubos de veículos, em 2017, encontravam-se na região central e leste, bem como ao norte da cidade (Figura 4).

Figura 4 - Proporção dos roubos de veículos nos bairros de Porto Alegre 2017



Fonte: Elaboração da autora.

4.1.2.2 Roubos nos bairros de Porto Alegre

No período 2016-2017, metade das ocorrências de roubos (exceto roubos de veículos) em Porto Alegre foi registrada em 15 bairros, 24,94% delas ocorreram em apenas quatro bairros: Centro Histórico, Rubem Berta, Partenon e São João (Tabela 9).

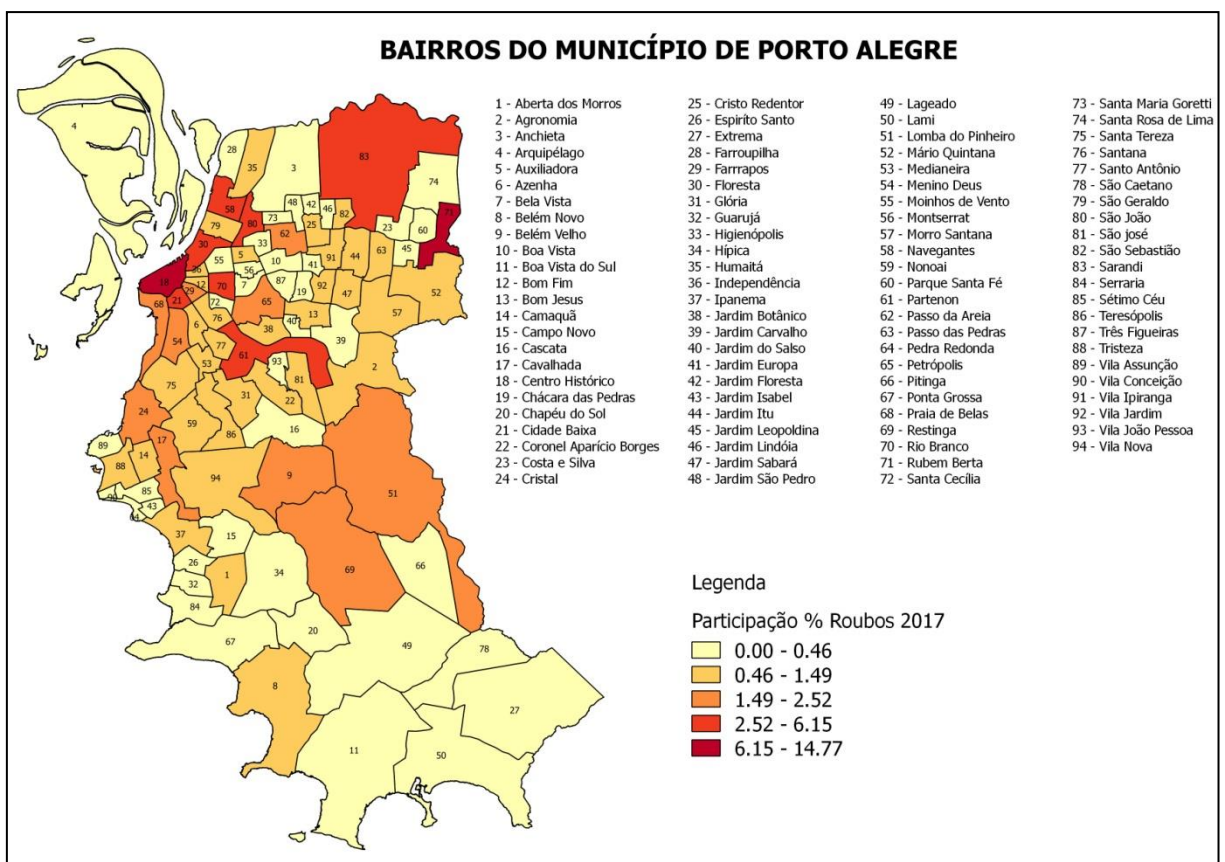
Tabela 9 - Proporção dos roubos nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017

Bairro	Bairro / POA (%) 2016	Bairro / POA (%) 2017	Bairro / POA (%) 2016-2017	Bairro / POA Acumulado (%) 2016-2017
Centro Histórico	13,47	13,07	13,27	13,27
Rubem Berta	4,64	5,44	5,04	18,31
Partenon	3,68	3,41	3,55	21,85
São João	3,40	2,76	3,08	24,94
Navegantes	3,25	2,45	2,85	27,79
Floresta	2,80	2,82	2,81	30,60
Sarandi	1,98	3,01	2,49	33,09
Rio Branco	2,68	2,23	2,45	35,54
Farrroupilha	2,78	2,08	2,43	37,98
Cristal	2,66	2,06	2,36	40,34
Lomba do Pinheiro	2,11	2,17	2,14	42,48
Cidade Baixa	1,54	2,42	1,98	44,45
Praia de Belas	2,18	1,75	1,96	46,42
Restinga	1,86	1,97	1,92	48,34
Menino Deus	1,71	2,03	1,87	50,21

Fonte: Elaboração da autora.

Em 2017, os bairros com a maior proporção de roubos encontravam-se nas regiões central, leste e norte da cidade (Figura 5).

Figura 5 - Proporção dos roubos nos bairros de Porto Alegre 2017



Fonte: Elaboração da autora.

Em relação a um tipo específico de roubos, 51,46% dos roubos de aparelhos celulares foram registrados em apenas 12 bairros, sendo que 25,43% em três deles: Centro Histórico, Floresta e Rubem Berta (Tabela 10).

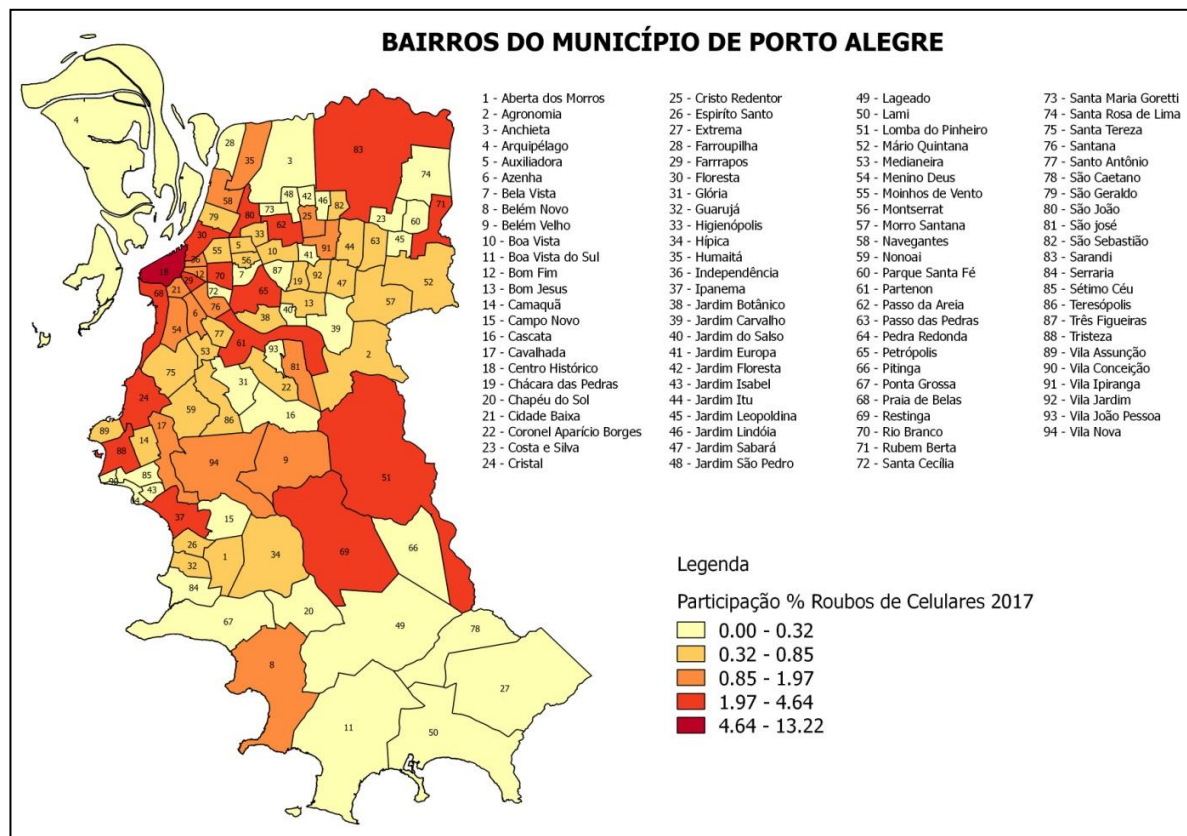
Tabela 10 - Proporção dos roubos de aparelhos celulares nos bairros de Porto Alegre 2016 - 2017

Bairro	Bairro / POA (%) 2016	Bairro / POA (%) 2017	Bairro / POA (%) 2016-2017	Bairro / POA Acumulado (%) 2016-2017
Centro Histórico	19,46	13,19	16,89	16,89
Floresta	4,74	4,63	4,70	21,58
Rubem Berta	3,89	3,78	3,84	25,43
São João	3,60	3,67	3,63	29,05
Passo da Areia	3,63	2,98	3,36	32,42
Farroupilha	3,41	3,24	3,34	35,76
Partenon	3,26	2,77	3,06	38,82
Petrópolis	2,89	2,18	2,60	41,42
Rio Branco	2,71	2,29	2,53	43,95
Cristal	2,11	3,09	2,51	46,46
Restinga	1,70	3,67	2,51	48,97
Praia de Belas	2,41	2,61	2,49	51,46

Fonte: Elaboração da autora.

A incidência de roubos de aparelhos celulares atinge praticamente todas as regiões da cidade (Figura 6).

Figura 6 - Proporção dos roubos de aparelhos celulares nos bairros de Porto Alegre 2017



Fonte: Elaboração da autora.

Quanto à distribuição espacial dos crimes violentos, observou-se que embora eles incidam na quase totalidade dos bairros, o maior número de casos tende a se concentrar em torno de 16% dos bairros, variando conforme o tipo de crime. Os bairros que concentram o maior número de homicídios dolosos estão localizados nas zonas periféricas da cidade, ao norte e ao sul. Os roubos de veículos, além da zona norte, incluem as zonas centrais e leste, assim como os roubos.

No entanto, observou-se que os bairros Rubem Berta, Sarandi e Partenon estão entre aqueles que mais concentram os três tipos de crimes violentos, conjuntamente. Os bairros Cristal, Lomba do Pinheiro e Restinga estão entre os que mais concentram casos de homicídios e roubos. Os bairros Floresta, Menino Deus, Navegantes, Rio Branco e São João estão entre os bairros onde prevalecem os roubos de veículos e os roubos.

4.2 CRIMES VIOLENTOS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE

4.2.1 Características socioeconômicas dos bairros com maiores e menores casos de crimes violentos

Os dez primeiros bairros com maior proporção de homicídios dolosos em 2017 foram aqueles que registraram índices de desenvolvimento humano, expectativa de vida e renda per capita, abaixo do índice municipal. Já os dez bairros onde não houve ocorrência de casos, foram aqueles com indicadores acima dos índices para o município (Tabela 11).

O percentual de pobres também seguiu essa mesma tendência: os bairros com maior quantidade de homicídios dolosos foram aqueles com maior percentual de pessoas pobres. No entanto, para o índice de Gini ocorreu o oposto, os bairros com maior desigualdade de renda em 2010, foram aqueles sem homicídios em 2017 e todos os 20 bairros apresentaram Gini abaixo do índice para o município.

Tabela 11 – Bairros com maior e menor proporção de homicídios dolosos em Porto Alegre 2016-2017

Município / Região	Participação no total de ocorrências de homicídios dolosos (2016-17)	IDH-M 2010	Expectativa de vida 2010	Índice de Gini 2010	Renda per capita 2010	% de pobres
Porto Alegre	100,0	0,805	76,4	0,600	1758,27	3,82
Restinga	7,33	0,661	73,0	0,421	578,59	9,74
Santa Tereza	6,24	0,738	75,5	0,441	1293,94	6,11
Lomba do Pinheiro	5,93	0,679	73,1	0,414	611,03	6,92
Mário Quintana	5,54	0,643	72,0	0,407	506,58	11,47

Rubem Berta	5,23	0,753	75,6	0,400	835,43	3,62
Sarandi	4,52	0,759	76,5	0,439	1138,96	4,17
Cristal	3,20	0,799	77,3	0,465	1691,86	4,27
Santa Rosa de Lima	3,12	0,721	75,0	0,410	824,47	4,24
Passo das Pedras	2,89	0,688	73,8	0,419	631,70	5,10
Vila Jardim	2,73	0,800	78,2	0,446	1269,57	1,05
Jardim Floresta	0,00	0,801	78,2	0,454	1159,63	2,04
Jardim Isabel	0,00	0,958	81,6	0,450	4403,05	0,39
Jardim Lindóia	0,00	0,927	80,8	0,500	3417,25	0,36
Jardim São Pedro	0,00	0,852	79,4	0,464	1856,02	1,08
Montserrat	0,00	0,958	81,6	0,450	4403,05	0,39
Pedra Redonda	0,00	0,953	81,5	0,520	3931,41	0,87
Rio Branco	0,00	0,955	81,7	0,553	5279,11	0,59
Santa Cecília	0,00	0,940	80,9	0,560	3591,85	0,46
Santa Maria Goretti	0,00	0,849	79,6	0,444	1579,37	2,23
Vila Assunção	0,00	0,926	80,8	0,509	3542,29	1,07

Fonte: Elaboração da autora.

Os roubos de veículos, entre 2016-17, ocorreram em 91 dos 94 bairros do município, ou seja, apenas três bairros não registram nenhum caso. A menor proporção de casos foi registrada nos bairros localizados no extremo sul da cidade, locais muitas vezes com pouca acessibilidade. Os bairros com maior número de roubos de veículos foram, em sua maior parte, aqueles com maior renda per capita (6 deles com renda acima do índice municipal) e menores percentuais de pobres, ao contrário do observado para os homicídios (Tabela 12).

Tabela 12 - Bairros com maior e menor proporção de roubos de veículos em Porto Alegre 2016-2017

Município / Região	Participação no total de ocorrências de roubos de veículos (2016-17)	IDH-M 2010	Expectativa de vida 2010	Índice de Gini 2010	Renda per capita 2010	% de pobres
Porto Alegre	100,0	0,805	76,4	0,600	1758,27	3,82
Rubem Berta	9,95	0,753	75,6	0,400	835,43	3,62
Sarandi	5,85	0,759	76,5	0,439	1138,96	4,17
Petrópolis	4,86	0,950	81,1	0,472	3791,59	0,20
Floresta	3,42	0,866	79,6	0,460	2075,36	1,84
Partenon	3,34	0,815	78,1	0,444	1512,10	2,94
São João	3,16	0,900	80,4	0,503	2756,12	0,56
Jardim Itu	2,94	0,852	79,2	0,455	1832,72	0,98
Navegantes	2,76	0,801	78,3	0,426	1226,76	2,15
Vila Ipiranga	2,74	0,888	79,9	0,450	1883,02	1,10
Passo da Areia	2,74	0,874	80,0	0,455	1997,33	0,68
Pedra Redonda	0,05	0,953	81,5	0,520	3931,41	0,87
Lageado	0,04	0,702	74,5	0,450	689,20	8,07
Jardim Europa	0,03	0,860	79,5	0,520	4058,17	1,55
Chapéu do Sol	0,02	0,660	72,2	0,422	552,24	8,13
Jardim Isabel	0,01	0,958	81,6	0,450	4403,05	0,39
Pitinga	0,01	0,668	72,9	0,414	572,12	7,57
São Caetano	0,01	0,708	74,8	0,453	706,81	7,81
Extrema	0,00	0,681	73,7	0,460	610,25	10,26
Sétimo Céu	0,00	0,886	80,0	0,493	2654,30	0,78
Boa Vista do Sul	0,00	0,710	74,9	0,423	707,05	4,70

Fonte: Elaboração da autora.

Os roubos, assim como os roubos de veículos, ocorreram na quase totalidade dos bairros de Porto Alegre, em 2017 (Tabela 13). Os bairros sem incidência foram os localizados no extremo sul da cidade, entre eles, o bairro Jardim Isabel, que é um condomínio fechado, com acesso permitido apenas aos moradores e pessoas por eles autorizadas. Destaca-se que essa área da cidade, além da pouca acessibilidade, também se caracteriza pela presença de condomínios fechados, com sistemas de segurança privada. Por outro lado, o bairro com maior número de roubos, foi Centro Histórico, onde há uma maior circulação de pessoas.

Tabela 13 - Bairros com maior e menor proporção de roubos em Porto Alegre 2016 - 2017

Município / Região	Participação no total de ocorrências de roubos (2016-17)	IDH-M 2010	Expectativa de vida 2010	Índice de Gini 2010	Renda per capita 2010	% de pobres
Porto Alegre	100,0	0,805	76,4	0,600	1758,27	3,82
Centro Histórico	15,06	0,891	80,3	0,510	2632,73	0,47
Rubem Berta	5,72	0,684	75,6	0,400	835,43	3,62
Partenon	4,03	0,746	78,1	0,444	1512,10	2,94
São João	3,50	0,847	80,4	0,503	2756,12	0,56
Navegantes	3,24	0,723	78,3	0,426	1226,76	2,15
Floresta	3,19	0,805	79,6	0,460	2075,36	1,84
Sarandi	2,83	0,664	76,5	0,439	1138,96	4,17
Rio Branco	2,79	0,923	81,7	0,553	5279,11	0,59
Farroupilha	2,76	0,880	80,8	0,500	3417,25	0,36
Cristal	2,68	0,717	77,3	0,465	1691,86	4,27
Jardim Floresta	0,04	0,726	78,2	0,454	1159,63	2,04
Serraria	0,02	0,598	73,8	0,401	830,71	7,93
Chapéu do Sol	0,02	0,539	72,2	0,422	552,24	8,13
Jardim Europa	0,01	0,798	79,5	0,520	4058,17	1,55
Pitinga	0,01	0,546	72,9	0,414	572,12	7,57
Jardim Isabel	0,00	0,932	81,6	0,450	4403,05	0,39
São Caetano	0,00	0,595	74,8	0,453	706,81	7,81
Extrema	0,00	0,557	73,7	0,460	610,25	10,26
Sétimo Céu	0,00	0,829	80,0	0,493	2654,30	0,78
Boa Vista do Sul	0,00	0,599	74,9	0,423	707,05	4,70

Fonte: Elaboração da autora.

4.2.2 Relação entre os crimes violentos e as características socioeconômicas

Para verificar as possíveis associações entre os crimes violentos e as características socioeconômicas dos bairros de Porto Alegre foram construídos sete modelos estatísticos inferenciais, que relacionam os crimes (variáveis respostas ou dependentes) e os indicadores socioeconômicos (variáveis explicativas ou independentes) nas dimensões demografia, infraestrutura, renda e trabalho, e educação. Os cinco primeiros modelos têm como variável resposta os homicídios dolosos e para os dois restantes, as variáveis dependentes foram os roubos de veículos e os roubos.

O primeiro modelo de associação entre a proporção de homicídios dolosos e os fatores socioeconômicos demonstrou que 72,2% dos casos podem ser explicados por fatores relacionados às variações na população, na infraestrutura básica e na renda. Nesse modelo, a cada incremento nos percentuais de atendimento dos serviços de coleta de lixo, água e esgoto, bem como na renda da população mais pobre, têm-se a probabilidade de redução dos homicídios em -0,191 e -0,270, respectivamente, para cada ponto a mais na cobertura dos serviços e na renda (Tabela 14). Por outro lado, a cada aumento na população, a perspectiva é de crescimento dos crimes. O fator educação não teve significância nesse modelo.

No modelo dois, em que foram considerados apenas os fatores de população, infraestrutura e renda da população mais pobre, a probabilidade foi a mesma verificada no modelo um, para essas variáveis.

No modelo três, que correlacionou apenas os fatores de infraestrutura básica, observou-se que a falta ou precariedade de infraestrutura tem probabilidade de impacto para o aumento dos homicídios dolosos. Contudo, esses fatores explicariam apenas 24% da variável dependente, conforme o coeficiente de determinação.

No modelo 4, a redução na renda da população mais pobre, assim como o aumento da taxa de desocupação no emprego, produz a probabilidade de aumento dos homicídios dolosos. No entanto, apesar da significância na variação no percentual de pobres e extremamente pobres, a probabilidade de impacto dela nos homicídios foi negativa, o que indica uma relação inversa entre pobreza e criminalidade.

O modelo cinco, que associa a educação aos homicídios, prediz que o aumento nos anos de estudo, atendimento e frequência escolar produz a probabilidade de redução nos crimes. No entanto, ao contrário do esperado, os fatores negativos (crianças fora da escola e o analfabetismo) também provocariam uma redução nos homicídios. Esses fatores explicariam apenas 25,8% da variável dependente, conforme o coeficiente de determinação, ou seja, pode-se considerar que as variações nos fatores de educação tomadas de forma isolada não são suficientes para impacto na redução dos crimes, assim, como no modelo três, em que as variáveis explicativas foram apenas os fatores de infraestrutura.

Tabela 14 – Modelos de associação entre a proporção de homicídios dolosos e os fatores socioeconômicos

Variáveis independentes	Modelo 1 (população, infraestrutura, renda e educação)	Modelo 2 (população, infraestrutura e renda)	Modelo 3 (infraestrutura)	Modelo 4 (trabalho, renda e pobreza)	Modelo 5 (educação)
Fator população	1,105*** (,0850)	1,105*** (,0850)			
	<i>Erro padrão</i>				

Variáveis independentes	Modelo 1 (população, infraestrutura, renda e educação)	Modelo 2 (população, infraestrutura e renda)	Modelo 3 (infraestrutura)	Modelo 4 (trabalho, renda e pobreza)	Modelo 5 (educação)
	<i>Significância.</i>	,000	,000		
Fator infraestrutura básica: com luz, com coleta lixo, com água e esgoto	-0,191*	-0,233**	0,575*		
	<i>Erro padrão</i>	(0,113)	(0,110)	(0,313)	
	<i>Significância.</i>	,093	,037	,069	
Fator infraestrutura básica precária: sem luz, sem coleta lixo, sem água, paredes sem alvenaria, densidade >2			1,233***		
	<i>Erro padrão</i>		(,313)		
	<i>Significância.</i>		,000		
Fator renda pobres agregado	-0,270**	-0,253**			
	<i>Erro padrão</i>	(,113)	(,113)		
	<i>Significância.</i>	,018	,027		
Fator redução renda pobres				1,602***	
	<i>Erro padrão</i>			(,220)	
	<i>Significância.</i>			,000	
Fator percentual de pobres e extremamente pobres				-0,742***	
	<i>Erro padrão</i>			(,220)	
	<i>Significância.</i>			,001	
Fator emprego taxa desocupação agregada				0,219*	
	<i>Erro padrão</i>			(,120)	
	<i>Significância.</i>			,061	
Fator educação positivo 3: atendimento e frequência	-0,125				
	<i>Erro padrão</i>	(,085)			
	<i>Significância.</i>	,142			
Fator educação positivo agregado: expectativa anos de estudo, atendimento e frequência					-1,370***
	<i>Erro padrão</i>				(,341)
	<i>Significância.</i>				,000
Fator educação negativo: crianças fora da escola - analfabetismo					-0,692**
	<i>Erro padrão</i>				(,341)
	<i>Significância.</i>				,045
Coefficientes de determinação (R ajustado)	,722	,718	,240	,457	,258
Significância do modelo (teste F)	,000	,000	,000	,000	,000

Fonte: Elaboração da autora.

Nota: níveis de significância * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. Conforme o teste F, com valores ,000, os modelos são significativos.

O modelo seis associou os roubos de veículos aos fatores relativos à taxa de atividade, frequência escolar e domicílios não ocupados, partindo-se do pressuposto de que essas variáveis representam uma maior circulação de pessoas e locais com menor vigilância, o que repercutiria na presença de vítimas em potencial. Embora o maior nível de atividade e de frequência escolar, e o número de domicílios não ocupados tenham a probabilidade de impactar no aumento dos roubos de veículos, a capacidade explicativa dessas variáveis foi de apenas 23,1%, conforme o coeficiente de determinação. Quanto aos domicílios não ocupados, apesar da significância estatística, o impacto sobre a variável dependente seria pouco

significativo, para cada incremento de uma unidade nos domicílios vagos, haveria uma variação de 0,001 nos roubos de veículos.

O modelo sete associou os roubos aos fatores relativos à renda da população mais pobre, à renda em geral e aos domicílios não ocupados. Essa última variável seguiu a mesma tendência apresentada para os roubos de veículos, com impacto pouco significativo. O aumento da renda da população mais pobre parece impactar na redução dos roubos, todavia, um aumento da renda em geral (média, per capita) produziria um efeito contrário. O aumento da taxa de desocupação também produziu a probabilidade de redução dos roubos. Esses resultados remetem aos juízos contraditórios já observados em outros estudos⁸ quanto à capacidade explicativa do fator renda na variação dos crimes de roubos. Ou seja, por um lado, sob o aspecto individual, o aumento da renda dos mais pobres pode levar a uma diminuição da desigualdade, e, conseqüentemente, a redução dos crimes; por outro, no contexto, os crimes contra o patrimônio tendem a incidir em locais com maior renda.

Tabela 15 - Modelos de associação entre a proporção de roubos de veículos e roubos e os fatores socioeconômicos

Variáveis independentes	Modelo 6 (roubos de veículos)	Modelo 7 (roubos)
Fator emprego taxa atividade agregada	0,473**	
<i>Erro padrão</i>	(,200)	
<i>Significância.</i>	0,021	
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - vago	0,001***	0,003***
<i>Erro padrão</i>	(,000)	(,000)
<i>Significância.</i>	,000	,000
Fator educação positivo agregado: frequência	0,507**	
<i>Erro padrão</i>	(,202)	
<i>Significância.</i>	,014	
Fator renda pobres agregado		-2,148**
<i>Erro padrão</i>		(,704)
<i>Significância.</i>		,003
Fator renda geral: renda média, per capita, razão ricos/pobres		2,184**
<i>Erro padrão</i>		(,699)
<i>Significância.</i>		,002
Fator emprego taxa desocupação 2		-0,577**
<i>Erro padrão</i>		(,181)
<i>Significância.</i>		,002
Coefficientes de determinação (R ajustado)	,231	,463
Significância do modelo (teste F)	,000	,000

Fonte: elaboração da autora.

Nota: níveis de significância * p<0,10; ** p<0,05; *** p<0,01. Conforme o teste F, com valores ,000, os modelos são significativos.

A partir da análise dos cinco modelos, que correlacionaram os homicídios dolosos e as variáveis relativas à população, infraestrutura, renda e trabalho e educação, pode-se considerar que as dimensões socioeconômicas analisadas têm influência sobre a ocorrência

⁸ Ver Bartz, Quartieri e Menezes (2018) e Pinto (2016).

dos fatos. Os locais com maior população, menores níveis de renda, de educação e de piores condições de infraestrutura tendem a ter uma maior incidência de homicídios dolosos. Este resultado aproxima-se do encontrado por Schabbach (2016).

Para os modelos referentes aos roubos de veículos e aos roubos, verificou-se que a capacidade explicativa das variáveis socioeconômicas referentes à infraestrutura, apesar de significância estatística, produziu pouco impacto. Já os fatores relativos à renda apresentaram resultados diferenciados, conforme já demonstrado. Todavia, conforme os seus coeficientes de determinação, esses modelos também apresentaram pouca capacidade explicativa.

6 CONCLUSÃO

Os resultados da análise quanto à distribuição espacial dos dados demonstraram que os crimes violentos incidem na quase totalidade dos bairros de Porto Alegre, porém, tendem a se concentrar em alguns locais, que somam o maior número de casos. Em torno de 50% dos crimes violentos, no período analisado, estavam concentrados em 16% dos bairros, sendo que 25% dos crimes estavam concentrados em torno de 5% dos bairros, variando conforme o tipo de crime analisado. Os bairros com maior número de casos de homicídios dolosos estavam localizados nas zonas periféricas da cidade, ao norte e ao sul; já os roubos de veículos, além da zona norte, incluíam as zonas centrais e leste, assim como os roubos.

Quanto à relação dos crimes e as características socioeconômicas dos locais onde eles ocorrem, a análise descritiva dos dados apontou que a maior proporção de homicídios dolosos, em 2017, estava nos bairros que registraram índices de desenvolvimento humano, expectativa de vida, renda per capita e percentual de pobres abaixo do índice municipal. Já os bairros onde não houve ocorrência de casos, foram aqueles com indicadores acima dos índices para o município. Entretanto, para o índice de Gini ocorreu o oposto, os bairros com maior desigualdade de renda, em 2010, foram aqueles sem homicídios em 2017.

Com isso, pode-se considerar que uma maior vitimização, no caso dos homicídios, nos bairros com população de menor renda esteja relacionada à falta de acesso à segurança pública e/ou privada e ao controle social, havendo como alternativa a mediação violenta de conflitos nesses locais.

Já os bairros com maior número de roubos de veículos foram, em sua maior parte, aqueles com maior renda per capita e menores percentuais de pobres. Em contrapartida, os bairros com menor proporção de casos foram aqueles localizados no extremo sul da cidade, em locais, em geral, de acesso restrito, seja por sua distância em relação às áreas centrais, seja pela presença de equipamentos de segurança privada (por exemplo, em condomínios fechados lá existentes). Nessa mesma lógica, os bairros sem incidência de roubos também foram aqueles localizados no extremo sul da cidade. Por outro lado, o bairro com maior número de casos de roubos foi o Centro Histórico, onde há a maior circulação de pessoas.

A análise estatística inferencial apontou que as dimensões socioeconômicas analisadas têm influência sobre a ocorrência de homicídios dolosos, no entanto, para os roubos de veículos e os roubos verificou-se que as variáveis socioeconômicas foram pouco explicativas, dada a ambivalência na interpretação da variável renda.

Na relação entre os crimes violentos e desigualdade social nos bairros de Porto Alegre, observou-se que os bairros com maiores níveis de criminalidade violenta, considerando homicídios dolosos, foram aqueles com os menores níveis de desenvolvimento humano, renda e maior percentual de pessoas pobres. Isso, em certa medida, mostrou que áreas com baixo desenvolvimento socioeconômico e maior vulnerabilidade social tendem a uma maior concentração de crimes violentos. Por outro lado, a melhora nos indicadores de infraestrutura, de renda e de educação tem impacto positivo para redução desses crimes.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos Estatísticos Para as Ciências Sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 664 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 200 p.
- BEATO F., Claudio C.. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 13, n. 37, p. 74-87, June 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200004>.
- CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. 96 p.
- CARMO, Carlos Roberto Souza. Criminalidade: um estudo sobre os determinantes de crimes contra o patrimônio a partir externalidades urbanas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 1, p.107-126, 3 mar. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1213>>. Acesso em: 09 out. 2018.
- CERQUEIRA, Daniel. R. C. et al. Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Nota Técnica, n. 18). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/senasp-lanca-estudo-sobre-educacao-e-reducao-de-homicidios/160510_notatecnica_diest_18.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 165p.
- FELIX, Sueli A. **Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevância**. Marília: Unesp, Marília Publicações, 2002.149 p.
- GARSON, Sol; RIBEIRO, Luiz César Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Panorama atual das metrópoles brasileiras. In: MAGALHÃES, Fernanda (Editora.). **Regiões metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades**. Washington: Bid, 2011. Cap. 2. p. 19-44. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/299/Regi%C3%B5es%20metropolitanas%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Ed. Francis, 2003. 342 p.
- GOFFMAN, E. 2011 [1967]. **Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. 1ª ed., Petrópolis, Vozes, 255 p.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/>. Acesso em: 09 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Atlas da Vulnerabilidade Social. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 09 out. 2018.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; LIMA, Jandir Ferrera de; WADI, Yonissa Marmitt. Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores?. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.65-90, 22 jun. 2011. Semestral. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/4605/3404>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MEDINA, Fernando. Consideraciones sobre el índice de Gini para medir la concentración del ingreso **CEPAL - SERIE Estudios estadísticos y prospectivos**. Santiago de Chile, marzo de 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4788/1/S01020119_es.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

MILOCA, Simone Aparecida; CONEJO, Paulo Domingos. Análise fatorial e a multicolinearidade em modelos de regressão. **Synergismus Scyentifica Utfpr**, Pato Branco, v. 4, n. 2, p.10-14, 04 out. 2016. Quadrimestral. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/661>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Defesa Social (Seds). **Plano Estadual de Defesa Social**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2015. 222 p.

PINTO, Hélio Pinheiro. Teoria da anomia segundo Robert King Merton e a sociedade criminógena: seria o delito uma resposta à frustração de não ser bem sucedido na vida? **Revista da Esmal**, Alagoas, v. 10, n. 6, p.39-51, 22 nov. 2017. Bimestral. Disponível em: <<http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/download/78/24>>. Acesso em: 22 set. 2018.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda; BENDER FILHO, Reisoli. A criminalidade no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os tipos de crime e aspectos do desenvolvimento regional no período de 2007 a 2010. **E&g Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 6, n. 45, p.58-77, 22 out. 2016. Bimestral. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2016v16n45p58/11215>>. Acesso em: 09 set. 2018.

PORTO ALEGRE. **Lei municipal no. 12.112 de 22 de agosto de 2016**. Cria, extingue, denomina e delimita os bairros que integram o território do Município de Porto Alegre e revoga as Leis nos 1.762, de 23 de julho de 1957; 2.022, de 7 de dezembro de 1959; 2.681, de 21 de dezembro de 1963; 2.688, de 26 de dezembro de 1963; 3.159, de 9 de julho de 1968; 3.193-A, de 29 de outubro de 1968; 3.671, de 19 de julho de 1972; 4.166, de 21 de setembro de 1976; 4.249, de 27 de dezembro de 1976; 4.685, de 21 de dezembro de 1979; 4.686, de 21 de dezembro de 1979; 4.876, de 24 de dezembro de 1980; 5.799, de 19 de novembro de 1986; 6.218, de 17 de outubro de 1988; 6.571, de 8 de janeiro de 1990; 6.572, de 8 de janeiro de

1990; 6.594, de 31 de janeiro de 1990; 6.704, de 19 de novembro de 1990; 6.720, de 21 de novembro de 1990; 6.893, de 12 de setembro de 1991; 6.911, de 17 de outubro de 1991; 7.155, de 1º de outubro de 1992; 7.954, de 8 de janeiro de 1997; 8.258, de 22 de dezembro de 1998; 9.993, de 16 de junho de 2006; 10.364, de 22 de janeiro de 2008; 10.724, de 9 de julho de 2009; 11.058, d. . Porto Alegre, RS, 22 ago. 2016. Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1857_ce_172548_1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

QUARTIERI, Ewerton da Silva; BARTZ, Maicker Leite; MENEZES, Gabrielito. Criminalidade no Rio Grande do Sul.: uma análise econométrica para os COREDES no ano de 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Juiz de Fora, v. 1, n. 12, p.120-128, mar. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/261/232>>. Acesso em: 20 out. 2018.

RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 41, n. 1, p. 173-195, Mar. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612011000100007>.

SCHABBACH, Letícia M.. Desigualdade, pobreza e violência metropolitana. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré; MAMMARELLA, Rosetta. (Org.). **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul**. 1ed. Porto Alegre: Letra 1, 2016, v. 1, p. 177-211.

MINAS GERAIS. Secretaria de Defesa Social (Seds). **Plano Estadual de Defesa Social**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2015. 222 p.

SECRETARIA ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP-RS). Departamento de Gestão da Estratégia Operacional. Porto Alegre: Slides, 2016. 56 slides, color.

SECRETARIA ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP-RS). **Indicadores Criminais. 2017**. Disponível em: <<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>>. Acesso em: 22 set. 2018.

APÊNDICE 1

Quadro 2 – Indicadores socioeconômicos (variáveis independentes)

PESOADOL1218_2010	Adolescentes de12a18anos
PESOADUT3059_2010	Adultos de30a59anos
PESOCRI011_2010	Crianças de0a11anos
PESOIDOS60_2010	Idosos >de60anos
PESOAJOVN1929_2010	Jovens de19a29anos
t_c0a5_fora_2010	% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola
t_c6a14_fora_2010	% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola
E_ANOESTUDO_2010	Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade
T_FUND11A13_tudo_2010	Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental
T_FUND11A13_2010	Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou que já concluiu o fundamental
T_FUND15A17_2010	Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo
T_FREQFUND1517_2010	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino fundamental REGULAR SERIADO
T_MED18A20_2010	Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo
T_MED18A24_2010	Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo
T_FUND18A24_2010	Percentual da população de 18 a 24 anos com fundamental completo
T_FREQFUND1824_2010	Percentual da população de 18 a 24 anos de idade frequentando o ensino fundamental REGULAR SERIADO
T_FREQMED1824_2010	Percentual da população de 18 a 24 anos de idade frequentando o ensino médio REGULAR SERIADO
T_MED18M_2010	Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo
T_FUND18M_2010	Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo
T_MED25M_2010	Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino médio completo
T_FUND25M_2010	Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental completo
T_SUPER25M_2010	Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo
T_FREQ5A6_2010	Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola
T_ATRASO_2_FUND_2010	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série.
T_ATRASO_2_BASIC0_2010	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série.
PESO_ALFAB15_2010	Pessoas alfabetizadas +15 anos
T_ANALF11A14_2010	Taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos de idade
T_ANALF15A17_2010	Taxa de analfabetismo da população de 15 a 17 anos de idade
t_analf_15m_2010	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
T_ANALF18A24_2010	Taxa de analfabetismo da população de 18 a 24 anos de idade
T_ANALF18M_2010	Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade
T_ANALF25A29_2010	Taxa de analfabetismo da população de 25 a 29 anos de idade
T_ANALF25M_2010	Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade
T_FREQ0A5_2010	Taxa de atendimento escolar da população até 5 anos de idade
T_FREQ15A17_2010	Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos de idade
T_FREQ18A24_2010	Taxa de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos de idade
T_FREQ25A29_2010	Taxa de atendimento escolar da população de 25 a 29 anos de idade
T_FREQ6A14_2010	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos de idade
T_FREQ6A17_2010	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 17 anos de idade
T_FBBAS_tudo_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino básico
T_FBBAS_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino básico REGULAR SERIADO
T_FBFUND_tudo_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino fundamental
T_FBFUND_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino fundamental REGULAR SERIADO
T_FBMED_tudo_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino médio
T_FBSUPER_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino superior
T_FBMED_2010	Taxa de frequência bruta ao ensino médio REGULAR SERIADO
T_FLBAS_tudo_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino básico
T_FLBAS_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino básico REGULAR SERIADO
T_FLFUND_tudo_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental
T_FLFUND_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental REGULAR SERIADO
T_FLMED_tudo_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino médio
T_FLMED_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino médio REGULAR SERIADO

T_FLSUPER_2010	Taxa de frequência líquida ao ensino superior
DOM_NOcup_2010	Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados
DOM_NOcupVAGO_2010	Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - vago
t_sem_lixo_2010	% da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo
T_LIXO_2010	Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo
T_SLUZ_2010	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica
T_LUZ_2010	Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica
T_AGUA_2010	Percentual da população que vive em domicílios com água encanada
T_BANAGUA_2010	Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada
AGUA_ESGOTO_2010	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
T_DENS_2010	Percentual da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório
PAREDE_2010	Percentual de pessoas em domicílios com paredes que não sejam de alvenaria ou madeira aparelhada
t_vulner_mais1h_2010	% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho
DOM_RNMen_1_8SM_2010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo
DOM_RNM_1_2_1SM_2010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo
DOM_RNM_1_4_1_2_SM_2010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo
DOM_RNM_1_8_1_4_SM_2010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo
PREN10RICOS_2010	Percentual da renda total apropriada pelos 10% da população com maior renda domiciliar per capita
PREN20RICOS_2010	Percentual da renda total apropriada pelos 20% da população com maior renda domiciliar per capita
PREN20_2010	Percentual da renda total apropriada pelos 20% da população com menor renda domiciliar per capita
PREN40_2010	Percentual da renda total apropriada pelos 40% da população com menor renda domiciliar per capita
PREN60_2010	Percentual da renda total apropriada pelos 60% da população com menor renda domiciliar per capita
PREN80_2010	Percentual da renda total apropriada pelos 80% da população com menor renda domiciliar per capita
PESO10RNM1_2SM_2010	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de até 1/2 salário mínimo
t_vulner_2010	Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010)
R1040_2010	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres
R2040_2010	Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres
RDPC2_2010	Renda domiciliar per capita média do 2º quinto mais pobre
RDPC3_2010	Renda domiciliar per capita média do 3º quinto mais pobre
RDPC4_2010	Renda domiciliar per capita média do 4º quinto mais pobre
CORTE2_2010	Renda domiciliar per capita máxima do 2º quinto mais pobre
CORTE3_2010	Renda domiciliar per capita máxima do 3º quinto mais pobre
CORTE4_2010	Renda domiciliar per capita máxima do 4º quinto mais pobre
CORTE1_2010	Renda domiciliar per capita máxima do quinto mais pobre
RDPC10_2010	Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico
RDPC1_2010	Renda domiciliar per capita média do quinto mais pobre
RDPC5_2010	Renda domiciliar per capita média do quinto mais rico
RIND_2010	Renda domiciliar per capita média dos extremamente pobres
RMPOB_2010	Renda domiciliar per capita média dos pobres
RPOB_2010	Renda domiciliar per capita média dos vulneráveis à pobreza
RDPC1_2010	Renda domiciliar per capita média, exceto renda nula
CORTE9_2010	Renda domiciliar per capita mínima do décimo mais rico
RNMED_2010	Renda média em 2010
renda_per_capita_2010	Renda per capita
RDPC_2010	Renda per capita média
t_atividade10a14_2010	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade
T_ATIV_2010	Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade
T_ATIV1517_2010	Taxa de atividade das pessoas de 15 a 17 anos de idade

T_ATIV1824_2010	Taxa de atividade das pessoas de 18 a 24 anos de idade
T_ATIV18M_2010	Taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade
T_ATIV2529_2010	Taxa de atividade das pessoas de 25 a 29 anos de idade
T_DES1014_2010	Taxa de desocupação da população de 10 a 14 anos de idade
T_DES_2010	Taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade
T_DES1517_2010	Taxa de desocupação da população de 15 a 17 anos de idade
T_DES1824_2010	Taxa de desocupação da população de 18 a 24 anos de idade
T_DES2529_2010	Taxa de desocupação da população de 25 a 29 anos de idade
T_FORA0A5_2010	Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequenta a escola
T_FORA6A14_2010	Percentual de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola
t_cdom_fundin_2010	Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo
t_mchefe_fundin_fmenor_2010	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade
T_VULNERA_MULCHEFE_2010	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor
t_m10a17_filho_2010	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos
t_p15a24_nada_2010	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010)
T_VULNERA_NESTUDA_NTRAB_MMEIO_2010	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária.
t_p18m_fundin_informal_2010	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
t_vulner_depde_idosos_2010	Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos
T_FUNDIN_TODOS_MMEIO_2010	Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.
T_VULNERA_OCUPDESLOC_13_2010	Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.
T_OCUPDESLOC_1_2010	Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas.
T_FUNDIN_TODOS_2010	Percentual pessoas que vivem em domicílios em que nenhum morador tem o ensino fundamental completo.
PINDCRI_2010	Proporção de crianças extremamente pobres
PMPOBCRI_2010	Proporção de crianças pobres
PPOBCRI_2010	Proporção de crianças vulneráveis à pobreza
PIND_2010	Proporção de extremamente pobres
PMPOB_2010	Proporção de pobres
PPOB_2010	Proporção de vulneráveis à pobreza

Fonte: Atlas Brasil. IPEA, 2015. Compilação pela autora.